

ANA CRISTINA LOPES DA SILVA

PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-1990

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas, ao Departamento de Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Professor Orientador: Mareio José Vargas da Cruz

CURITIBA

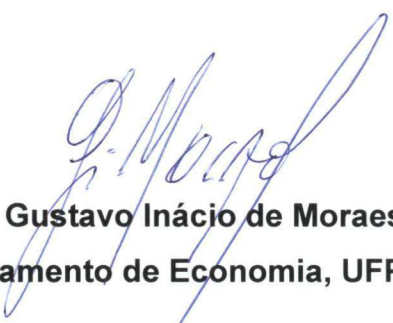
2005

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA CRISTINA LOPES DA SILVA

**PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-
1990**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, setor de Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Profº Gustavo Inácio de Moraes
Departamento de Economia, UFPR



Profº Paulo Mello Garcias
Departamento de Economia, UFPR

Orientador:



Profº Marcio José Vargas da Cruz
Departamento de Economia, UFPR

Agradeço a:

Minha família e amigos

Pelo apoio e paciência

Professor e Orientador Marcio José Vargas da Cruz

Pelo acompanhamento e revisão do estudo

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vi
LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS E LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	ix
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 AS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	3
2.1 MODELO RICARDIANO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	3
2.2 MODELO DE HECKSCHER-OHLIN.....	5
2.3 MODELO DE CONCORRÊNCIA IMPERFEITA.....	7
2.4 TEORIA CEPALINA.....	9
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	12
3 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA NO PERÍODO ANTERIOR A 1990.....	13
4 A PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990.....	16
4.1 DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA.....	16
4.1.1 Produtos Básicos.....	18
4.1.1.1 Desempenho do Complexo da Soja.....	19
4.1.1.2 Desempenho da Mineração.....	21
4.1.1.3 Desempenho do Setor Cafeeiro.....	22
4.1.1.4 Desempenho do Setor Açucareiro.....	22
4.1.1.5 Desempenho do Complexo de Proteína Animal.....	23
4.1.1.6 Desempenho do Setor de Fumo.....	25
4.1.1.7 Desempenho do Setor Petróleo e Derivados.....	25
4.1.2 Produtos Manufaturados.....	26
4.1.2.1 Desempenho dos Materiais de Transporte e Componentes.....	26
4.1.2.2 Desempenho do Setor Químico.....	27
4.1.2.3 Desempenho do Setor Eletroeletrônico.....	28
4.1.2.4 Desempenho do Setor de Calçados e Couros.....	29
4.1.2.5 Desempenho do Setor de Papel e Celulose.....	31
4.1.2.6 Desempenho do Setor Têxtil.....	32

4.1.2.7 Desempenho do Setor de Suco de Laranja	34
4.1.3 Desempenho do Setor de Produtos Metalúrgicos.....	34
4.2 ANÁLISE DA PAUTA EXPORTADORA NO PERÍODO PÓS-1990	36
4.3 PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	40
4.3.1 Principais Mercados dos Produtos Brasileiros	40
4.3.2 Inserção de Novos Mercados.....	45
5 POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA NO PERÍODO APÓS 1990	46
5.1 POLÍTICA TRIBUTÁRIA DE ESTÍMULO A EXPORTAÇÃO	46
5.2 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO.....	47
5.3 LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA EXPORTAÇÃO	48
6 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PÓS-	
1990.....	50
7 CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	58

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA EXPORTADORA POR FATOR AGREGADO – 1990-2004.....	36
QUADRO 2 – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS 1990-2004	39
QUADRO 3 – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS POR PAÍSES – 2004	52

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO – 1990- 2004.....	17
TABELA 2 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO, ÁREA E PRODUTIVIDADE DA SOJA NO BRASIL 1970 – 1998	19
TABELA 3 – IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINERAIS E METAIS BÁSICOS 1996-1998.....	21
TABELA 4 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE FUMO - 1990-2004	25
TABELA 5 – EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS E AUTOPEÇAS - 1991-2000	27
TABELA 6 – BALANÇA COMERCIAL SETOR ELETROELETRÔNICO-1992- 1998	29
TABELA 7 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CELULOSE BRANQUEADA 1990-1998	31
TABELA 8 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PAPEL – 1990 – 1998.....	32
TABELA 9 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇO – 2001 – 2002	35
TABELA 10 – PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS 1990-1998	41
TABELA 11 – EXPORTAÇÃO PARA MERCADOS NÃO-TRADICIONAIS – 2004	45

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – OFERTA E DEMANDA RELATIVAS MUNDIAIS (RICARDIANAS)	4
GRÁFICO 2 – UM AUMENTO NA OFERTA DE TERRA SEGUNDO O MODELO DE HECKSCHER-OHLIN.....	6
GRÁFICO 3 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO - 1964 A 2005 (JANEIRO/MARÇO)	14
GRÁFICO 4 – PRINCIPAIS SETORES EXPORTADORES – 1991	18
GRÁFICO 5 – PARTICIPAÇÃO DO COMPLEXO DA SOJA NAS RECEITAS CAMBIAIS 1971-2001.....	20
GRÁFICO 6 – RECEITAS DO COMPLEXO DA SOJA 1971-2001	20
GRÁFICO 7 – PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS DE SOJA 1987-1998.....	21
GRÁFICO 8 – EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA - 1987-2000.....	23
GRÁFICO 9 – BALANÇA COMERCIAL DO COMPLEXO QUÍMICO -1992-1996.....	28
GRÁFICO 10 – BALANÇA COMERCIAL DO COURO - 1990 –1998.....	30
GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL DE CALÇADOS - 1990-1998.....	31
GRÁFICO 12 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS TÊXTEIS – 1999	33
GRÁFICO 13 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCOS ECONÔMICOS 1997-2000	42
GRÁFICO 14 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS MERCADOS DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES EM 2004.....	44
GRÁFICO 15 – PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS 1950-2004	50
GRÁFICO 16 – VARIAÇÃO ANUAL DAS EXPORTAÇÕES E PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NO PIB 1950-2004	51

LISTA DE SIGLAS

- ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
- BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- CEPAL - Comissão Econômica Para o Desenvolvimento da América Latina
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
- DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
- NAFTA - Tratado de Livre Comércio da América do Norte
- MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
- SECEX - Secretaria do Comércio Exterior
- USDA - Unites States Department of Agriculture

RESUMO

A presente Monografia tem o objetivo de analisar a evolução e as transformações ocorridas na pauta exportadora brasileira na década de 1990, identificando os principais setores responsáveis por estas modificações. Sob a ótica das Teorias do Comércio Internacional, serão analisados os principais fatores responsáveis por estas transformações da pauta de exportação brasileira. Também serão apresentados os principais mercados de destino das exportações brasileiras, bem como a participação do governo, através de medidas de política Comercial.

Palavras-chave: Exportação; Pauta Exportadora.

1 INTRODUÇÃO

Desde a época do Mercantilismo, os países procuram aumentar suas exportações, fato que, em tempos de economias globalizadas está cada vez mais almejado, visando a obtenção de saldos favoráveis em suas Balanças Comerciais. Principalmente em economias em desenvolvimento, as exportações são necessárias para a geração de divisas para saldar compromissos financeiros com credores internacionais, em função de dívidas contraídas através de empréstimos e financiamentos externos.

A capacidade de competição e inserção de um país neste contexto de mercado mundial pode habilitá-lo a ingressar e se manter como participante desta nova ordem econômica baseada no mercado global. O Brasil não atua de maneira diferente, buscando sempre uma melhor qualificação e diversificação de sua pauta exportadora.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio demonstram que durante as décadas de 80 e 90 houve transformações relevantes na pauta exportadora do país, com um aumento significativo do volume total exportado, além de um maior direcionamento para as exportações de produtos manufaturados, e como consequência, a redução da participação dos produtos básicos.

Esta monografia abrange as questões relativas à pauta de exportação brasileira o período após 1990, identificando as principais transformações ocorridas.

Dentre os objetivos deste estudo estão: identificar as vantagens propiciadas pelo comércio internacional, através das principais teorias referenciadas em vantagens comparativas e confrontá-las à problemática da perda dos termos de troca, analisar o desempenho e a evolução das exportações brasileiras, no que se refere à diversificação da pauta e a inserção nos mercados externos após 1990, analisar o comportamento das políticas comerciais brasileiras no período pós-1990 e sua influência na composição da pauta de exportação brasileira.

A diversificação e qualificação da pauta de exportação brasileira são questões muito importantes, pois, a sua composição denota o grau de especialização do país, demonstrando se esta composição é favorável para o desempenho da Balança Comercial, possuindo produtos de maior valor agregado.

No primeiro capítulo é apresentado, como instrumental teórico, as teorias de comércio internacional de Ricardo, Hecksher-Ohlin, Concorrência Imperfeita, e em contraposição as Teorias da Cepal, buscando nestes modelos identificar a especialização da pauta exportadora do país em determinados setores.

No segundo capítulo é abordada a evolução dos principais setores exportadores brasileiros, procurando identificar as modificações ocorridas no período pós 1990, bem como a análise dos mercados de destino mais relevantes. Como metodologia para esta seção, foram selecionados os setores que foram os maiores responsáveis pelo desempenho das exportações brasileiras tomando como base no ano de 1990, apresentando a sua evolução durante o período, além de uma análise pontual dos principais produtos da pauta, tomando como base os anos de 1990, 1998 e 2004.

No terceiro capítulo é apresentada uma análise histórica da participação do governo com suas políticas comerciais durante o mesmo período, identificando a influência da participação governamental sobre as exportações nacionais, sob três óticas: política tributária, investimentos estrangeiros diretos e linhas de financiamento à exportação.

Como finalização são destacadas as principais considerações sobre o comércio exterior brasileiro e suas perspectivas para o futuro quanto a mercados de destino e inserção de novos produtos à pauta exportadora brasileira.

2 AS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Nesta seção será apresentada uma revisão teórica das principais teorias de comércio internacional, como a visão Ricardiana, o Modelo de Heckscher-Ohlin de comércio internacional, além da visão Cepalina sobre as exportações e sua relação com o crescimento econômico e por fim será apresentado o modelo da Concorrência imperfeita.

2.1 MODELO RICARDIANO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O modelo Ricardiano parte de uma hipótese simplificada de comércio internacional, ao considerar o trabalho como único fator de produção, diferenciando os países apenas pela produtividade do trabalho nas indústrias.

Neste modelo, os países exportarão os bens em que são mais eficientes em trabalho interno e importarão os bens em que forem relativamente mais ineficientes em trabalho, modelo este conhecido como Modelo das Vantagens Comparativas.

De acordo com este modelo, “o comércio entre dois países pode beneficiar ambos os países, se cada um produzir os bens nos quais possui vantagens comparativas”. (KRUGMAN; OBSTFELD 1999 p.15).

Este modelo defende que o comércio aumenta as possibilidades de consumo de um país, levando-o, a ganhos de comércio, resultantes da produção indireta, ou seja, importada, de bens que exigem menos trabalho que se fossem produzidos diretamente, dentro do próprio país.

Se a proporção das unidades de trabalho necessárias para produzir, por exemplo, um quilo de queijo, em relação às unidades necessárias para a produção de um litro de vinho, é menor na economia doméstica do que na economia estrangeira, pode-se dizer que a produtividade de queijo relativa do país local é maior que a de vinho, sendo que a proporção de unidades de trabalho requeridas é igual ao custo de oportunidade do queijo em termos de vinho, isto equivale a dizer que a economia local tem vantagem comparativa na produção de queijo.

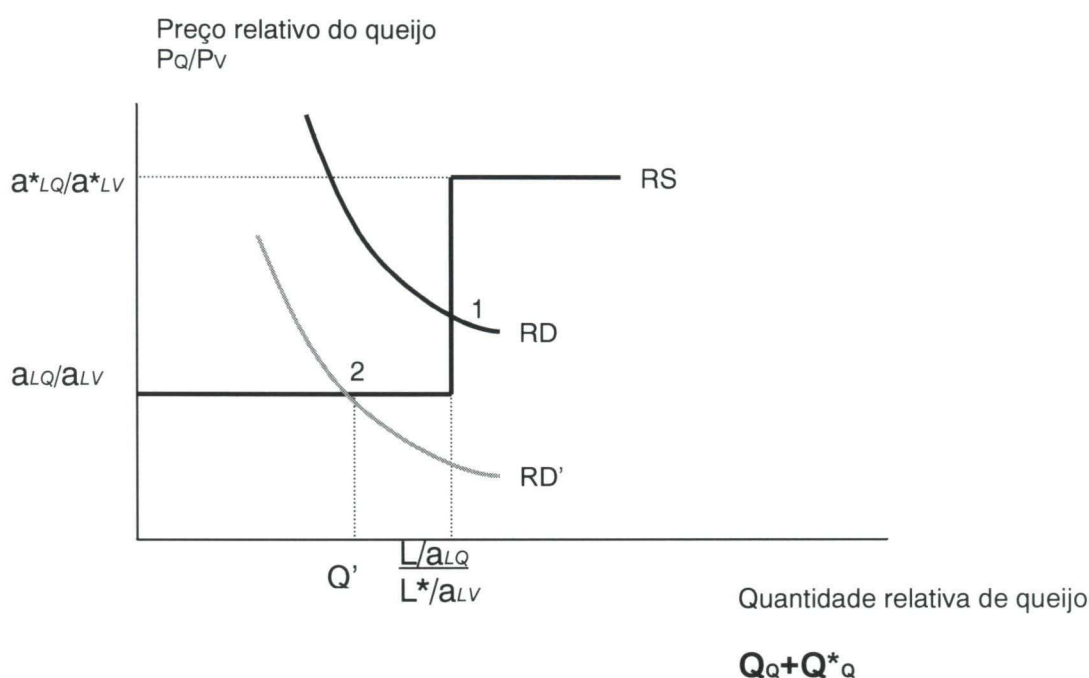
Os ganhos de comércio são distribuídos conforme os preços relativos dos bens que os países produzem. Para a determinação destes preços relativos é

necessário examinar a oferta e a demanda relativa mundial pelos bens, o preço relativo mundial será determinado pela interseção destas curvas.

O Gráfico 1 demonstra a oferta e a demanda relativas mundiais, em uma economia hipotética, em que os países se dedicam a produção de queijo e vinho.

A relação demonstrada será do queijo em relação ao vinho como funções do preço do queijo relativo ao preço do vinho.

GRÁFICO 1 - OFERTA E DEMANDA RELATIVAS MUNDIAIS (RICARDIANAS)



FONTE: KRUGMAN & OBSTFELD (1999)

O preço relativo implica em um salário relativo, que é o montante que os trabalhadores recebem por hora, comparado com o montante que os trabalhadores de outro país recebem por hora.

O modelo Ricardiano expandido leva em consideração um número maior de bens, aproximando mais à realidade, neste caso a regra para alocação da produção mundial é mais simples: os bens serão produzidos onde for mais barato produzi-los, ou seja, onde a relação entre o salário do país local e o do país estrangeiro for mais favorável.

O padrão de especialização no comércio internacional, de acordo com o modelo das vantagens comparativas, depende da razão entre os salários do país local e do estrangeiro.

“O país local terá uma vantagem de custo em qualquer bem para o qual sua produtividade relativa seja maior que o salário relativo”. (KRUGMAN; OBSTFELD, p. 28, 1999)

2.2 MODELO DE HECKSCHER-OHLIN

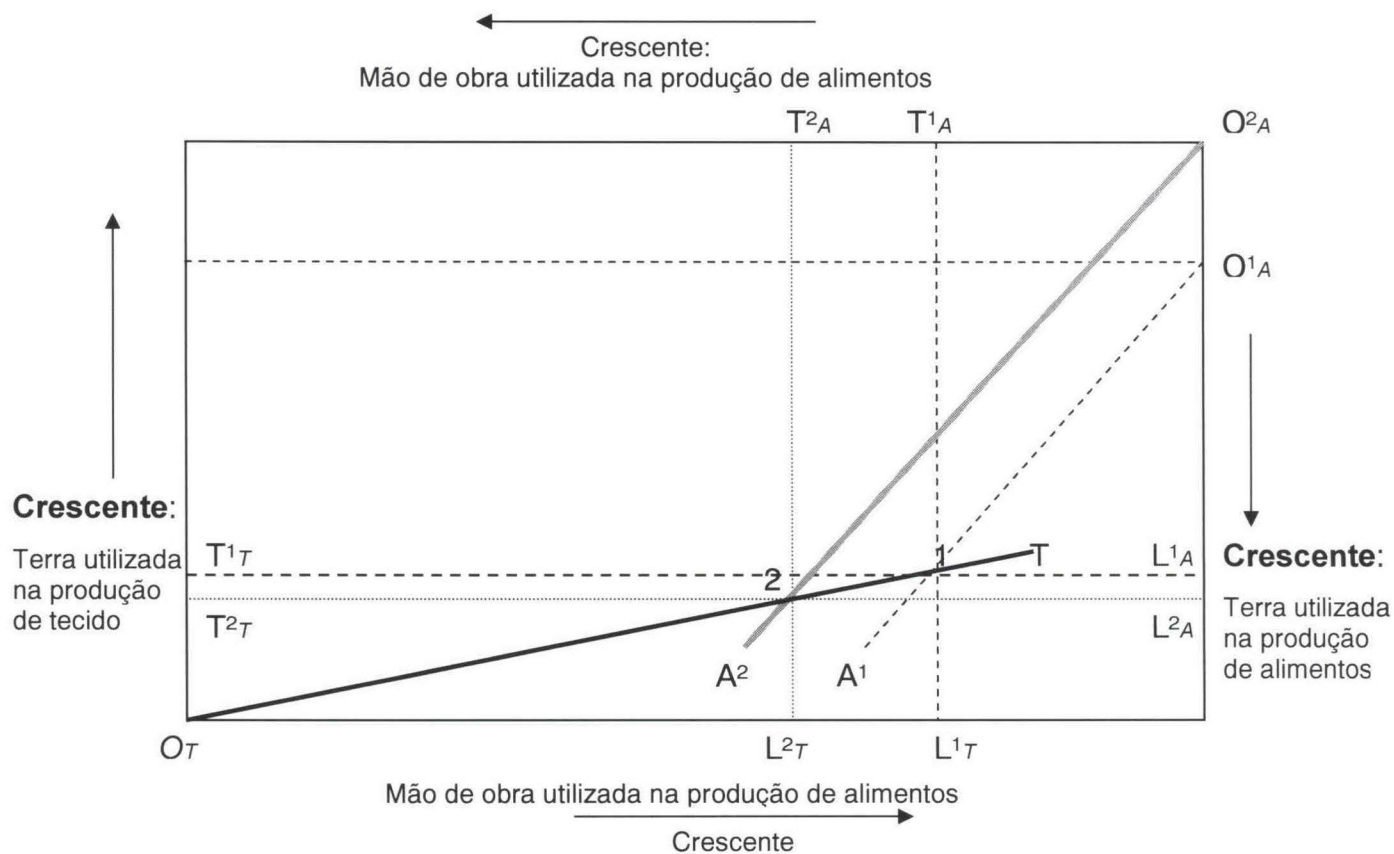
A teoria de Heckscher-Ohlin enfatiza o mecanismo entre as proporções nas quais fatores de produção diferentes estão disponíveis em países diferentes e em que proporções esses fatores são usados para produzir bens diferentes (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

Neste modelo, os bens se diferenciam pela intensidade de fatores, ou seja, um dos bens usará uma maior proporção entre os fatores de produção do que o outro.

Dados os preços dos bens, pode-se determinar a proporção entre terra e mão de obra na produção, por exemplo, de tecidos, e a proporção entre terra e mão de obra na produção de alimentos, ambas determinando a inclinação das linhas de oferta.

O gráfico 2 representa uma economia hipotética dedicada a produção de dois bens (tecidos e alimentos), havendo dois fatores de produção (terra e mão-de-obra), demonstrando como uma variação no aumento da terra afeta o comércio entre estes países.

GRÁFICO 2 - UM AUMENTO NA OFERTA DE TERRA SEGUNDO O MODELO DE HECKSCHER-OHLIN



FONTE: KRUGMAN; OBSTFELD, 1999.

Um aumento de terra faz com que a caixa representando os recursos da economia torne-se mais alta; os recursos alocados na produção devem agora ser medidos desde O^1_A . Se os preços dos bens permanecerem inalterados, e conseqüentemente os preços dos fatores e a proporção terra/mão de obra permanecem constantes, a alocação de recursos move-se do ponto 1 para o ponto 2. A produção de tecidos cai, enquanto a produção de alimentos aumenta mais que proporcionalmente ao aumento da oferta de terra (KRUGMAN & OBSTFELD, 1999).

Para KENEN (1998 p.71): "O comércio baseia-se nas diferenças de abundâncias de fatores, reduzindo os efeitos principais dessas diferenças".

Segundo KRUGMAN; OBSTFELD (1999 p.75): "Em termos gerais, uma economia tende a ser relativamente eficaz na produção de bens que são intensivos no fator com o qual o país é relativamente bem dotado".

Pode-se considerar o recurso que o país apresenta uma disponibilidade relativamente grande como fator abundante e o fator que a oferta é relativamente

menor, como fator escasso, sendo que os proprietários dos fatores abundantes de um país ganham com o comércio e os proprietários dos fatores escassos de um país perdem (KRUGMAN & OBSTFELD, 1999, p.78).

Neste modelo, há uma tendência à equalização dos preços dos fatores, pois quando há comércio entre duas economias (doméstica e estrangeira), os preços dos bens relativos convergem, levando à convergência dos preços relativos dos fatores de produção, esta equalização não é completamente observada devido a grandes diferenças entre os recursos, as barreiras comerciais e as diferenças de tecnologias.

2.3 MODELO DE CONCORRÊNCIA IMPERFEITA

O modelo de concorrência imperfeita defende que o comércio não necessita ser o resultado de vantagens comparativas, pelo contrário, ele pode ser o resultado de rendimentos crescentes ou de economias de escala¹.

As economias de escala dão aos países um incentivo a se especializarem e a comercializarem mesmo na ausência de diferenças entre eles quanto aos seus recursos e sua tecnologia. Estas economias de escala podem ser internas, quando dependem do tamanho da firma ou externas, quando depende do tamanho da indústria. (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999)

Em um mercado competitivo as empresas são tomadoras de preço, já em um concorrência imperfeita, as firmas podem influenciar os preços de seus produtos e podem aumentar suas vendas por meio da redução destes preços, tendo ciência deste poder.

Podem ser analisados dois casos principais que a existência de economias de escala e de concorrência imperfeita podem gerar: concorrência monopolística e dumping.

Em concorrência monopolística, uma indústria contém diversas firmas produzindo produtos diferenciados, cada uma destas firmas age como monopolista individual, mas firmas adicionais tendem a entrar em uma indústria lucrativa até que os lucros do monopólio sejam eliminados.

¹ Economias de escala ocorrem quando há uma tendência de os custos por unidade produzida serem reduzidos com uma produção maior (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

O equilíbrio, neste caso, é afetado pelo tamanho do mercado, visto que um grande mercado comportará um número maior de firmas, cada uma produzindo em uma escala maior e, portanto, a um custo médio menor do que em um mercado menor.

O modelo afirma que, o comércio internacional permite a criação de um mercado integrado que seja maior que o mercado de qualquer país e, portanto toma possível oferecer simultaneamente uma variedade maior de produtos e preços mais baixos. Neste modelo, o comércio pode ser dividido em dois grupos: intra-indústrias e interindústrias(KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

O comércio interindústrias é a troca dos produtos de uma indústria pelos produtos de outra indústria, este comércio reflete as vantagens comparativas.

O comércio intra-indústrias trata-se de um comércio de duas vias em produtos diferenciados dentro de uma indústria, não reflete vantagens comparativas, mesmo se os países tivessem a mesma razão capital-trabalho, suas firmas permaneceriam produzindo produtos diferenciados e a demanda dos consumidores por produtos produzidos em outros países continuaria a gerar o comércio intra-indústrias. A existência de economias de escala evita que os países produzam toda variedade de produtos por si próprios, representando então, uma fonte independente de comércio internacional (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

O comércio intra-indústrias não gera os mesmos efeitos fortes sobre a distribuição de renda que o comércio interindústrias.

Em concorrência monopolística há ganhos de escala em função do tamanho da firma.

Outro caso em que a concorrência imperfeita serve de base para compreensão é o dumping, uma prática de discriminação de preços, que ocorre quando uma firma monopolística cobra um preço mais baixo nas exportações que domesticamente, sendo uma estratégia de maximização dos lucros quando as vendas de exportação são mais sensíveis aos preços do que as vendas domésticas, quando as firmas podem segmentar os mercados, evitando que os consumidores locais comprem os bens destinados à exportação.

O dumping pode ser recíproco quando duas firmas monopolísticas uma dentro do mercado da outra, podendo ser uma causa do comércio internacional.

Também é possível que os ganhos de escala sejam resultados do tamanho da indústria e da concentração das firmas, este caso é explicado pela teoria das economias externas, que são economias de escala que ocorrem ao nível da indústria, dando uma contribuição importante para a determinação dos padrões de comércio internacional.

Quando as economias externas têm relevância, um país iniciando uma grande indústria pode ter aquela vantagem, mesmo que outro país possa produzir potencialmente os mesmos bens mais baratos (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

2.4 TEORIA CEPALINA

A teoria cepalina sobre o comércio internacional surge a partir da constatação empírica de que os termos de troca dos países exportadores de produtos primários se deterioraram no período 1876 a 1880 e 1946 a 1947, tendo como principal referência Prebisch. (SOUZA, 2003)

Em seu argumento, Prebisch afirma que a hipótese clássica acerca da distribuição dos benefícios das trocas entre nações industrializadas e economias periféricas era falsa.

Nas nações produtoras de matérias-primas, o avanço tecnológico é rapidamente absorvido pelos consumidores através da queda dos preços. Já os preços dos produtos industrializados não declinam com o progresso técnico, ou declinam menos que os preços dos produtos primários, porque os fatores de produção absorvem os ganhos de produtividade através do aumento de suas remunerações. (SOUZA, 2003)

Prebisch complementa ainda que a demanda por importações de bens industrializados dos países da periferia tende a crescer mais rapidamente do que a demanda por importações de produtos primários pelos países desenvolvidos, mesmo sob igualdade de crescimento de renda, devido a diferenças na elasticidade da renda da demanda entre produtos primários e industrializados (SOUZA, 2003),

Para Prebisch, a maneira para corrigir essas falhas do mercado, era induzir o desenvolvimento industrial, com o aumento das exportações de bens manufaturados, sendo o Estado o gestor desse processo, inibindo importações e criando facilidades de infra-estrutura, crédito, treinamento. Com isso os países

poderiam obter objetivos como obtenção de divisas externas e geração de economias de escala na indústria. (SOUZA, 2003)

Outro estudioso desta teoria foi Celso Furtado, que defende que o crescimento econômico de países subdesenvolvidos depende, em primeiro lugar, do volume anual de gastos autônomos (como exportações e investimentos). Esses gastos aumentam o produto e a renda diretamente, ou seja, se há uma maior procura externa por um produto, os produtores aumentarão sua oferta, aumentando suas vendas e por consequência aumentando sua renda. Indiretamente a maior renda estimulará o aumento da procura por bens de consumo, o que poderá induzir a uma expansão da produção destes no país, com maior eficiência na utilização de fatores produtivos e, portanto, crescimento do produto per capita. (VERSIANI, 2001)

A importância dos efeitos indiretos, ou multiplicadores, no processo de desenvolvimento de economias altamente dependentes de exportações para Furtado, reside no fato de que podem criar condições para um crescimento econômico autosustentado, com base no dinamismo de mercado interno. Em outras palavras, em decorrência da prosperidade associada ao crescimento da demanda de um determinado produto para exportação, aumentará a procura por bens de consumo havendo estímulo para investimentos na produção local destes bens, e por consequência, desenvolve-se um setor industrial mais significativo. Na hipótese de que as vendas externas declinem ou cessem, o crescimento econômico pode continuar, sustentado pelo investimento e pelos ganhos de produtividade ligados à nova atividade de produção para o mercado interno. (VERSIANI, 2001)

Implícita nessa proposição, está a idéia de que a diversificação da estrutura produtiva é benéfica e desejável. A justificativa desta tese está no argumento de que produtos primários têm, em geral, condições de procura desfavoráveis no mercado internacional, a longo prazo (a procura não aumenta na mesma proporção em que a renda cresce; os produtos sofrem obsolência, pelo desenvolvimento de sucedâneos; os preços são instáveis), e limitada possibilidade de melhorias tecnológicas em sua produção, em contraste com a indústria (VERSIANI, 2001).

FURTADO², citado por BRAGA, 2004, afirma que:

² FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Coleção "Os Economistas". Ed. Abril Cultura. São Paulo. 1983.

A especialização, quando encarada sob o ponto de vista estático, poderia resultar em problemas estruturais que se manifestariam pela deterioração dos termos de troca do país especializado na produção de alimentos e matérias-primas num contexto de integração global. Este processo perverso seria explicado pela baixa elasticidade renda da demanda por alimentos e pelas inovações tecnológicas nos setores industriais dos países desenvolvidos, inovações estas que resultariam ou na substituição de matérias-primas naturais por produtos sintéticos, ou pelo menor uso destas matérias-primas no processo produtivo.

CEPÊDA, 2003, em seu estudo sobre Celso Furtado afirma:

A defesa exclusiva da dinâmica econômica (de curto prazo) acaba por estrangular as possibilidades de desenvolvimento (de longo prazo), e é por esse motivo que Furtado condena com tanto vigor a tese da vocação rural. Ganhar com a atividade mercantil-exportadora pode ser mais fácil, mas, sem a industrialização e modernização da economia, esta opção pode reapresentar os velhos problemas dos ciclos econômicos da colônia - expandir, lucrar, não disseminar dinâmica, entrar em crise e deixar como legado uma massa de economia de subsistência.

Outra questão levantada pela Cepal é o efeito multiplicador das exportações ou dos investimentos depende de forma crucial da distribuição de renda. Se toda receita da exportação de um produto é apropriada por um só produtor, que destina a maior parte de seus gastos em produtos impostados, não haverá estímulo à diversificação da produção interna. Assim, em princípio, o desenvolvimento auto-sustentado depende de uma renda mais bem distribuída.

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

As teorias de Comércio Internacional têm por base a discussão das Vantagens Comparativas, apresentadas por Ricardo e desenvolvidas posteriormente através do Modelo de Heckscher-Ohlin.

A questão apresentada pela Teoria Ricardiana é a de que cada país irá se especializar na produção de um determinado produto de acordo com sua eficiência, e a partir daí será desenvolvido o comércio internacional, sendo benéfico a ambos os países, ampliando suas possibilidades de consumo.

A questão das Vantagens Comparativas apresentadas por Ricardo é desenvolvida e apresentada através do Modelo de Heckscher-Ohlin, através da dotação de recursos, em que os países irão se especializar nos bens em que forem mais intensivos no fator produtivo em que o país for mais bem dotado, sendo o comércio baseado nas diferenças de abundâncias destes fatores.

Outra explicação para os ganhos do comércio internacional apresentada no capítulo é o Modelo da Concorrência Imperfeita, que afirma que o comércio pode resultar de rendimentos crescentes de escala ou também da existência de concorrência monopolística.

Em contraposição as vantagens comparativas, a Teoria Cepalina afirma que os países periféricos (caso do Brasil) devem promover a industrialização e o aumento das exportações de bens manufaturados, causando assim o crescimento econômico para estes países.

Para a Cepal, o Brasil, bem como todos os países latinos, deve constituir uma pauta exportadora fundada em bens manufaturados, com maior valor agregado, fazendo com que haja uma menor deterioração nos termos de troca entre os países.

A pauta exportadora brasileira, bem como sua diversificação, será tratada na sequência, com a intenção de analisá-la através desta base teórica, definindo então quais foram suas principais transformações.

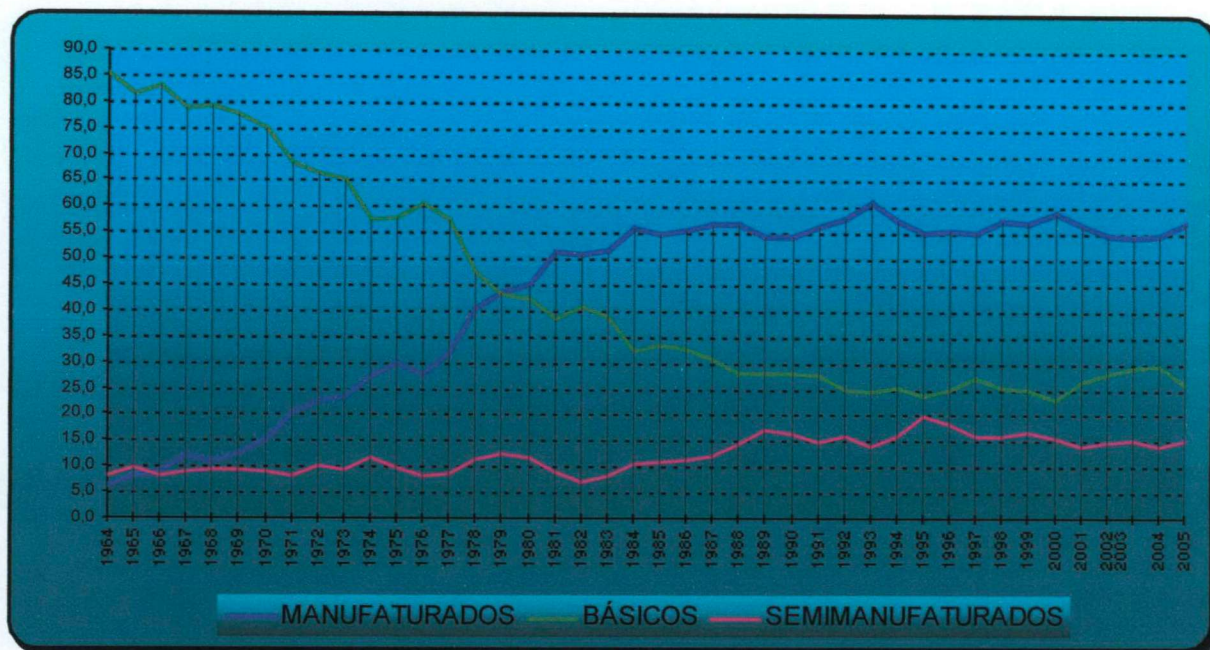
3 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA NO PERÍODO ANTERIOR A 1990

Ao analisar a composição da pauta exportadora brasileira no período anterior a 1990, percebe-se que há uma mudança no perfil exportador brasileiro a partir da década de 1970, em que, considerando-se fatores agregados, a participação dos bens manufaturados (automobilístico, suco de laranja, motores de pistão, bombas e compressores, pneumáticos, café solúvel, papel, motores e geradores, açúcar refinado, cigarros, móveis, produtos químicos, laminados planos de ferro e aço, têxteis e calçados, etc.), que na década de 1960 representavam cerca de 6% do total das exportações brasileiras, passa, no começo da década de 1980 a representar quase 45% do total das exportações nacionais.(MDIC, 2004)

O inverso acontece com os bens básicos (minério de ferro, farelo de soja, soja em grão, café em grão, fumo em folhas, carne de frango, açúcar demerara, carne bovina etc.), que têm sua participação reduzida de aproximadamente 85% das exportações para 42,2% em 1980, participação esta que reduziu-se ainda mais no decorrer da década de 1980, chegando, em 1990 ao valor de 27,8% do total geral exportado.(SECEX, 2004).

O gráfico 3 mostra a evolução da participação percentual dos fatores agregados na pauta de exportação do Brasil.

GRÁFICO 3 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO - 1964 A 2005
(JANEIRO/MARÇO)



FONTE: MDIC; SECEX, 2005

Com a análise do gráfico pode-se visualizar melhor a queda na participação dos produtos básicos, e o conseqüente aumento na participação dos bens manufaturados, também pode se verificar que os bens semimanufaturados (celulose, produtos de ferro e aço, alumínio bruto, açúcar cristal, óleo de soja bruto, couros e peles, ferro gusa, ferro-ligas, ouro para uso não monetário, ligas de alumínio etc.) mostram uma tendência de crescimento.

Esta alteração estrutural na pauta exportadora pode ser explicada pelo desenvolvimento do setor industrial, advindo da política econômica brasileira instaurada na década de 1950, que estabeleceu como meta a obtenção uma industrialização plena, desenvolvendo os setores industriais considerados prioritários à montagem de um parque industrial diversificado e abrangente, protegendo-os da competição externa. O objetivo básico era garantir a acumulação endógena de capital com a redução da dependência do crescimento econômico às flutuações de demanda internacional, uma orientação protecionista que perdurou até a década de 1980 (GUIMARÃES, 1996).

As medidas de promoção às exportações passaram a ser implementadas no Brasil a partir da década de 1960, em um contexto político que tinha como objetivo a

estabilização da economia. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) atribuía a atividade exportadora a expansão da demanda agregada para criação de oportunidades para investimentos no processo de substituição de importações e a geração de divisas para bens de capital e insumos básicos, o que perdurou durante a década de 1970, em que as exportações ocupavam um papel coadjuvante, também auxiliando no pagamento da dívida externa. (GUIMARÃES, 1996).

Segundo GUIMARÃES (1996), nos anos 80 o processo de substituição de importações estava concluído, exceto para setores como informática, eletrônica e química.

Na década de 1980 o objetivo principal do governo era o saneamento das finanças públicas, entretanto, as exportações não deixaram de crescer, tendo os produtos manufaturados compondo mais de um terço das exportações brasileiras. (GUIMARÃES, 1996).

4 A PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA APÓS DÉCADA DE 1990

Analisando a evolução da exportação brasileira, pode-se verificar que a partir da década de 1960 houve transformações relevantes na pauta exportadora do país, com um aumento significativo do volume total exportado.

Nota-se, no entanto, que a partir da década de 1990, não há uma mudança no que se refere às exportações por fator agregado, porém houve uma mudança significativa na estrutura dos bens que compõem cada segmento. Este capítulo analisará as principais transformações ocorridas na pauta exportadora brasileira no período pós 1990, bem como a inserção destes produtos nos mercados internacionais.

4.1 DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA

O período após 1990 determina uma fase de crescimento no total geral das exportações brasileiras.

A exportação de produtos básicos, durante a década de 1990 teve flutuações pontuais, mas de maneira geral teve um crescimento, no que se refere ao valor total exportado, quanto a sua participação no total das exportações nacionais manteve-se praticamente estável, variando em torno de 25%.

TABELA 1 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO – 1990-2004

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO - 1990 a 2004											
	BÁSICOS			SEMIMANUFATURADOS			MANUFATURADOS			TOTAL GERAL (**)	
	Valor	(*)	% Total	Valor	(*)	% Total	Valor	(*)	% Total	Valor	(*)
1990	8.746	-8,4	27,84	5.108	-12	16,26	17.011	-8,7	54,15	31.414	-8,6
1991	8.737	-0,1	27,63	4.691	-8,2	14,84	17.757	4,4	56,16	31.620	0,7
1992	8.830	1,1	24,67	5.750	22,6	16,06	20.754	16,9	57,98	35.793	13,2
1993	9.366	6,1	24,29	5.445	-5,3	14,12	23.437	12,9	60,79	38.555	7,7
1994	11.058	18,1	25,39	6.893	26,6	15,83	24.959	6,5	57,32	43.545	12,9
1995	10.969	-0,8	23,59	9.146	32,7	19,67	25.565	2,4	54,97	46.506	6,8
1996	11.900	8,5	24,92	8.613	-5,8	18,04	26.413	3,3	55,32	47.747	2,7
1997	14.474	21,6	27,31	8.478	-1,6	16,00	29.194	10,5	55,09	52.994	11
1998	12.977	-10,3	25,38	8.120	-4,2	15,88	29.387	0,7	57,46	51.140	-3,5
1999	11.828	-8,9	24,64	7.982	-1,7	16,63	27.329	-7	56,92	48.011	-6,1
2000	12.562	6,2	22,80	8.499	6,5	15,43	32.528	19	59,05	55.086	14,7
2001	15.342	22,1	26,35	8.244	-3	14,16	32.901	1,1	56,51	58.223	5,7
2002	16.952	10,5	28,08	8.964	8,7	14,85	33.001	0,3	54,67	60.362	3,7
2003	21.179	24,9	28,98	10.943	22,1	14,97	39.654	20,2	54,26	73.084	21,1
2004	28.518	34,7	29,56	13.429	22,7	13,92	52.949	33,5	54,88	96.475	32

FONTE: MDIC, 2005

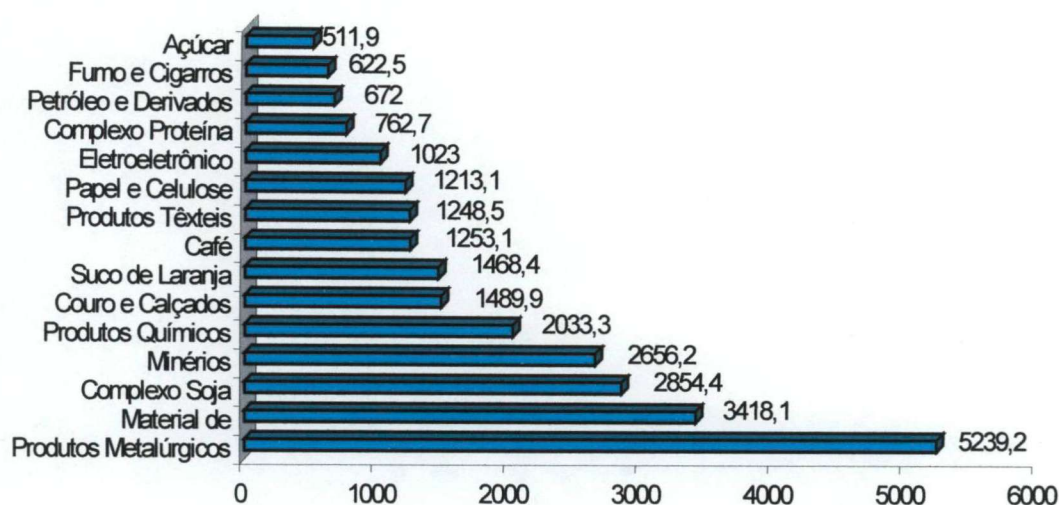
Mesmo perdendo participação no total geral exportado, os bens básicos demonstram trajetória de crescimento após o ano de 2000, apoiado principalmente pelo farelo de soja, minério de ferro, café e carnes.

Entre os bens semimanufaturados, que tiveram forte alta principalmente em 1994 e 1995, destacam-se os semimanufaturados de ferro e aço, celulose, açúcar, couro e madeira serrada (MDIC, 2004).

Os produtos manufaturados, que apresentaram o maior crescimento em sua representação, tiveram como maiores colaboradores as indústrias de aviões, aparelhos transmissores e receptores, calçados, setor automobilístico. (MDIC, 2004)

Para este trabalho foram selecionados os setores que foram os maiores responsáveis pelo desempenho das exportações brasileiras tomando como base no ano de 1990, apresentando a sua evolução durante o período sob análise. O desempenho destes setores, em termos de valores, no ano de 1990 pode ser observado no Gráfico 4.

GRÁFICO 4 - PRINCIPAIS SETORES EXPORTADORES (U\$\$ milhões) - 1991



FONTE: SECEX, 1991

Para uma melhor análise estes setores serão apresentados a seguir, agrupados por fator agregado. Poderá ser notado que não há uma seção específica para os produtos semimanufaturados, pois estes ocorrem internamente a alguns setores, e por terem menor participação, e por questão metodológica não serão desmembrados, porém não merecendo importância inferior.

Também em função da metodologia utilizada o setor de produtos metalúrgicos será apresentado ao final considerado como um setor especial.

4.1.1 Produtos Básicos

Os produtos básicos caracterizam-se por possuírem baixo valor agregado devido ao menor índice de especialização aplicado sobre eles, para análise, serão considerados setores de produtos básicos o complexo da soja, mineração, cafeeiro, açucareiro, complexo de proteína animal, fumo e cigarros, petróleo e derivados.

4.1.1.1 Desempenho do Complexo da Soja

A produção da soja foi a principal responsável pelo conceito de agronegócio no país, não só pelos volumes envolvidos (físico e financeiro), mas também pela necessidade de uma maior visão empresarial de administração da atividade em todos os níveis, os produtores, fornecedores de insumos, processadores da matéria-prima e negociantes, visando a manutenção e ampliação das vantagens competitivas da produção.

Conforme dados da ABIOVE, 2004, na década de 70, o país observou um crescimento médio de 22% ao ano em produção, 17% em área e 3,6% em produtividade. O crescimento acelerado resultou da combinação de preços atrativos no mercado internacional e crédito abundante com juros subsidiados para a produção nacional.

A década de 90 representou um crescimento da produtividade, pois o acréscimo de área situou-se na faixa dos 2,1% ao ano, enquanto a produção apresentou taxa de 8,6%, em função de um aumento de 4,9% ao ano na produtividade média (PAULA; FAVERET, 1998)..

TABELA 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO, ÁREA E PRODUTIVIDADE DA SOJA NO BRASIL 1970 - 1998

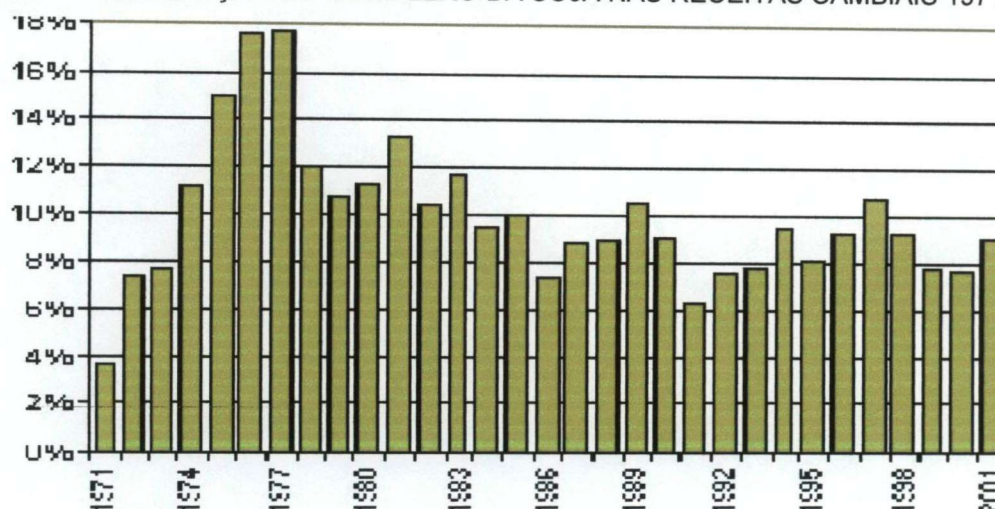
PERÍODO	PRODUÇÃO (%)	ÁREA (%)	PRODUTIVIDADE (%)
1970/79	22,0	17,7	3,6
1980/89	3,0	3,1	-0,1
1990/98	8,6	2,1	4,9

FONTE: ABIOVE, 1999

Conforme dados da SECEX, 2000, até 1996, os derivados da soja vinham aumentando sua participação nas exportações brasileiras do complexo, chegando a atingir 80%. Embora não se tenha revertido a posição, em 1997 aumentou significativamente a exportação de grãos, chegando a atingir 40% do total de exportações do complexo. Esta mudança deve-se basicamente à desoneração de ICMS na exportação.

Observa-se no período que a participação do complexo da soja no total das receitas cambiais flutua em torno de 8%, conforme demonstra o gráfico 5.

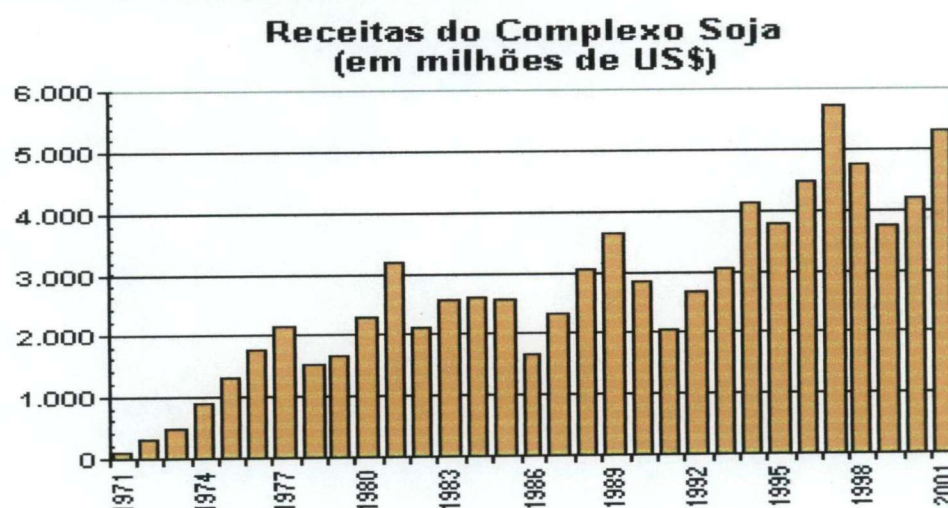
GRÁFICO 5 – PARTICIPAÇÃO DO COMPLEXO DA SOJA NAS RECEITAS CAMBIAIS 1971-2001



FONTE: ABIOVE, 2005

Quanto à receita gerada pelo complexo da soja, há uma variação em torno de 4.500 milhões de dólares, com alguns picos de rendimentos e anos de menor lucratividade, conforme o gráfico 6.

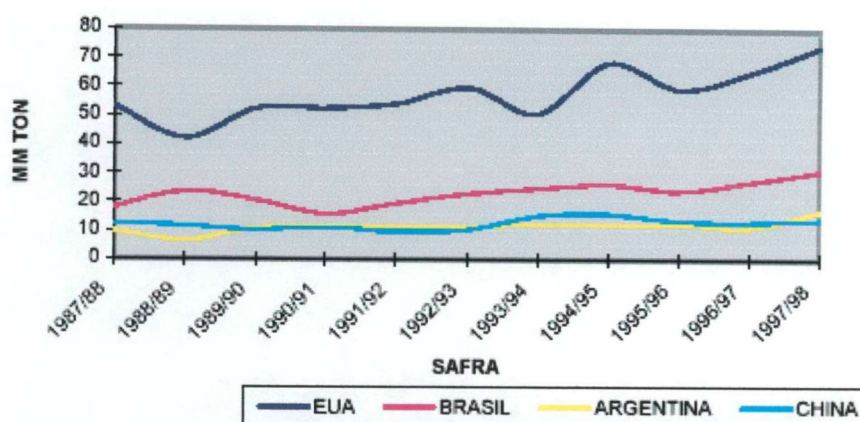
GRÁFICO 5 - RECEITAS DO COMPLEXO DA SOJA 1971-2001.



FONTE: ABIOVE, 2005

O Brasil, no período, manteve-se como segundo maior produtor mundial, perdendo apenas para os Estados Unidos, a variação pode ser observada no gráfico 7.

GRÁFICO 7 - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS DE SOJA 1987-1998



FONTE: ABIOVE, 2005

4.1.1.2 Desempenho da Mineração

O setor minerador brasileiro representa, durante o período, um dos principais colaboradores para o desempenho favorável de nossa Balança Comercial, neste caso torna-se importante fazer menção a quantidade importada, para uma melhor análise dos produtos em que o Brasil é superavitário ou deficitário.

Os responsáveis pelos maiores saldos comerciais na mineração brasileira são o minério de ferro, componentes da cadeia do alumínio e ouro que, em conjunto tem contribuído com cerca de US\$ 4,5 bilhões, como pode se verificar na tabela 3.4 sobre o período de 1996 a 1998.

Ressalta-se, conforme dados do BNDES, 2001, que o saldo comercial dos demais minerais e metais básicos têm sido negativo e crescentes atingindo US\$ 1,8 bilhão em 1998. O saldo comercial final é decrescente atingindo US\$ 2,5 bilhões em 1998.

TABELA 3 – IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINERAIS E METAIS BÁSICOS 1996-1998

	Exportações			Importações			Saldo		
	96	97	98	96	97	98	96	97	98
Ferro	2,7	2,9	3,2	0	0	0	2,7	2,9	3,2
Alumínio	1,6	1,6	1,2	0,4	0,5	0,5	1,2	1,1	0,7
Ouro	0,6	0,5	0,4	0	0	0	0,6	0,5	0,4
Subtotal	4,9	5,0	4,8	0,4	0,5	0,5	4,5	4,5	4,3

FONTE: BNDES, 2000

4.1.1.3 Desempenho do Setor Cafeeiro

O café é um dos mais tradicionais itens da pauta de exportações brasileira, no entanto, tem perdido espaço tanto na composição da pauta como no mercado internacional. Já representou 70% das exportações brasileiras na década de 1920, baixou para 50% em 1960 no ano de 2000 esteve limitado a 6%. O país chegou a responder por 80% da produção mundial, mas em 1998 estava restrito a 32%, mas ainda é o maior exportador, mesmo tendo sua participação decrescente: 39% em 1960 e 22% em 1998. (ORMOND; PAULA; FAVERET, 2000)

Com exceção de 1991, as exportações apresentaram tendência de baixa de 1988 a 1995 (menor exportação da década), com recuperação a partir de então.

Ainda em 1998 o volume era menor que o de 1987. A principal razão para essa performance, conforme ORMOND; PAULA e FAVERET, (2000), foi o aumento do consumo interno, aliado à acomodação e posterior queda da safra brasileira até meados da década, e os baixos preços internacionais

Há alguma recuperação das exportações a partir de 1996, que coincide com o aumento dos preços e a recuperação dos cafezais. O valor dessas exportações segue a tendência de declínio dos preços internacionais até 1993 e recuperação forte a partir de 1994. (BNDES, 2000)

As exportações de café solúvel, após queda em 1991, apresentaram uma tendência de crescimento em volume e valor até 1995, quando entraram em processo de declínio. Os Estados Unidos e a Inglaterra reduziram a um terço o volume de suas importações de café solúvel brasileiro, parcialmente compensadas pelo aumento da exportação para a Rússia, a Alemanha, o Japão e os países do Leste Europeu. (BNDES, 2000)

4.1.1.4 Desempenho do Setor Açucareiro

O Brasil é uma das principais forças que influenciam o mercado internacional do açúcar, sendo o maior exportador mundial (12% do volume negociado), se considerarmos os países da União Européia individualmente. Entre as safras 1985 e 1986 e 1994 e 1995, as exportações brasileiras cresceram, aproximadamente, 80%. (BNDES, 1998)

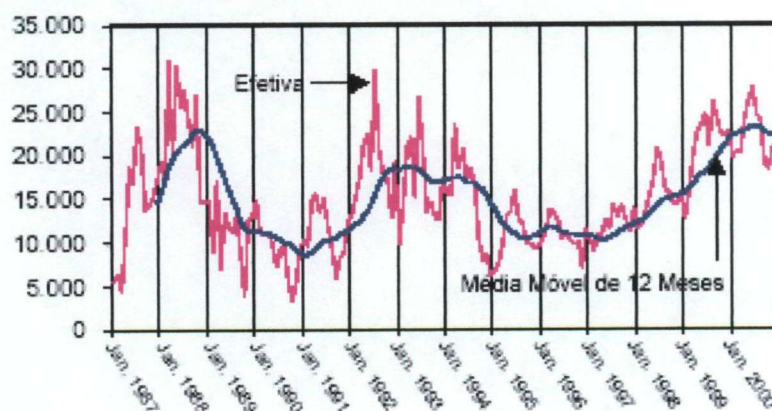
A participação nordestina, que até a safra 1990 e 1991 foi superior a 90%, caiu para menos de 40% em 1995. Esse crescimento, apesar da queda de 35%, em volume das exportações do Nordeste, foi consequência da excepcional expansão das exportações do Centro-Sul, que cresceram cerca de 2.500% no mesmo período. (BNDES, 1998)

Dentre as variedades de açúcar, o Brasil exporta os tipos demerara, cristal e refinado. O açúcar demerara tem como mercado cativo os Estados Unidos e é exportado basicamente pelo Nordeste em função da maior proximidade dos portos da região em relação ao mercado importador e dos menores custos de embarque, por ser o açúcar enviado a granel. O açúcar cristal e o refinado são exportados principalmente pelo Centro-Sul. (BNDES, 1998)

4.1.1.5 Desempenho do Complexo de Proteína Animal

O grupo de carnes é um dos que mais se destaca na pauta exportadora brasileira. Conforme o gráfico 8, toma-se como observação relevante quanto à exportação de carne bovina brasileira um movimento cíclico, sem tendência definida. Os anos de 1988 e 1992 mostram picos superiores aos de 2000, embora o crescimento observado a partir de 1997 tenha sido o mais longo – três anos de aumento da média de 12 meses.

GRÁFICO 8 - EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA - 1987-2000



FONTE: SECEX, 2001

Os principais produtos exportados comportaram-se de maneira diferente ao longo da década de 90. A carne industrializada foi o principal produto exportado no início da década, porém não teve crescimento significativo em relação à receita cambial, perdendo posição para as carnes desossadas, que assumiram a liderança a partir de 1999. O país conquistou mercados na exportação de carne desossada, aproveitando o espaço deixado pela barreira sanitária imposta a boa parte do rebanho europeu (BSE e aftosa) e argentino (aftosa), além das questões levantadas pela União Européia ao uso de anabolizantes pelo gado americano. (PAULA; FAVERET, 2001).

Quanto ao mercado da carne de frango, as exportações brasileiras cresceram de forma consistente de 1990 a 2001, a uma taxa média anual de 13,5% a.a. em valor e 14,1% a.a. em quantidade. Na segunda metade da década, período de crise em mercados importantes, como a Ásia e a antiga União Soviética, os exportadores brasileiros conseguiram manter o bom desempenho, aumentando a quantidade ofertada e mudando o mix dos produtos, segundo os dados do BNDES. (2002).

Até 1993 a exportação de frango inteiro representava mais da metade da receita cambial com o comércio do setor, a partir de 1994 a venda de frango em pedaços assumiu a liderança. No período 1990 a 2002, a exportação de frango inteiro cresceu 7,5% a.a., enquanto a de frango em pedaços aumentou a uma taxa de 17,4% ao ano. Destaca-se ainda o aumento da exportação de frango preparado, que representava somente 0,4% da exportação em 1990 e, com uma taxa de crescimento de 37,2% a.a., já representa 4,2% do valor exportado pelo complexo frango em 2002 (PAULA; FAVERET, 2001).

As exportações de carne suína também representam uma razoável fatia deste complexo, tendo, no ano de 2001, um crescimento de 112,8% em relação ao ano anterior, totalizando, naquele ano, o valor de US\$ 346 milhões³.

As mudanças no mercado mundial e os ganhos de competitividade do produto brasileiro podem apontar para um quadro otimista, quanto à exportação deste setor.

³ Balança Comercial Brasileira 2001, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

4.1.1.6 Desempenho do Setor de Fumo

Importante fonte de divisas, o fumo e seus produtos têm uma participação superior a 1,7% na pauta de exportações brasileiras. Apesar da queda nos preços internacionais, a qualidade do produto brasileiro destes produtos é responsável pela conquista de novos mercados. (SECEX, 2004).

TABELA 4 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE FUMO - 1990-2004

ANO	FUMO	CIGARROS /OUTROS		TOTAL
	MIL/US\$	BILHÕES/UN	MIL/US\$	MIL/US\$
1990	565.520	0,020	14.240	565.900
1995	768.570	63,430	402.530	1.171.100
1996	1.028.520	82,880	486.570	1.515.390
1997	1.091.290	90,940	573.410	1.664.810
1998	939.830	92,310	618.180	1.558.070
1999	894.690	15,700	66.550	961.240
2000	835.330	0,850	6.140	841.470
2001	941.190	0,530	3.130	944.320
2002	998.620	1,660	9.550	1.008.170
2003	1.075.200	2,620	15.060	1.090.260
2004	1.406.670	3,630	19.100	1.425.770

FONTE: SECEX, 2005

Com a análise da tabela 4, pode se observar que há um grande crescimento nas exportações de fumo no período de 1990 a 1995, que manteve-se praticamente estável até 1998, quando teve uma queda abrupta em 1999, o setor recuperou-se a partir de 2001, restabelecendo um ritmo de crescimento. Porém, trata-se de um setor que tende a redução no futuro, devido as ações contra o tabagismo.

4.1.1.7 Desempenho do Setor Petróleo e Derivados

O setor de petróleo e derivados também configura-se de grande importância para o desempenho exportador brasileiro, apurando nos primeiros 9 meses de 2005 um incremento de 27% em relação ao mesmo período de 2004.

A partir de 2000, conforme dados do MDIC, 2005, a exportação de petróleo bruto vêm aumentando sua participação, apresentando trajetória de crescimento a

partir do ano 2001, bem como a exportação de derivados de petróleo, que chegou ao valor de US\$ 2.109.462.772,00 no ano de 2004.

4.1.2 Produtos Manufaturados

Os produtos manufaturados são caracterizados por maior valor agregado exigindo maior nível de especialização para sua produção.

Entre os setores essencialmente compostos por produtos manufaturados estão: materiais de transporte e componentes, químico, eletroeletrônico, calçados e couro, papel e celulose, têxtil e suco de laranja.

4.1.2.1 Desempenho dos Materiais de Transporte e Componentes

Ocupam o primeiro lugar na exportação brasileira por grupos de produtos, durante o período, representando as exportações de aviões, isoladamente, no ano de 2001 o valor de US\$ 2.839 milhões, ficando, neste ano como sendo o segundo principal produto da pauta exportadora brasileira⁴.

A atuação do país nos segmentos de aviação regional e corporativa permite delinear expectativas promissoras para o setor, principalmente com a EMBRAER, especializada em aviões de menor porte.

No setor automotivo, as exportações de veículos apresentaram um comportamento ascendente no período 1991 a 1994, tendo representado, em 1994, o valor de 2,4% do total exportado pelos 20 principais países produtores e exportadores. Nos últimos anos, essa participação caiu, atingindo 1,2% em 1999, que é semelhante à do início da década. Entre 1997 e 1999, enquanto as exportações do Brasil caíram 34%, as dos 20 principais países cresceram 14%. (MDIC, 2000)

Em 1997, as exportações alcançaram um excelente nível e, na década, os automóveis apresentaram a maior variação, embora também tenha sido relevante o crescimento de caminhões. A participação da exportação de automóveis na

⁴ FONTE: Balança Comercial Brasileira, 2001. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

produção manteve-se em cerca de 20%, enquanto a de caminhões e ônibus ficou em torno de 30%.(SANTOS; GONÇALVES, 1998)

Pela importância na pauta deste segmento, merecem também destaque as vendas de autopeças, motores para automóveis, veículos de carga, pneumáticos e câmaras de ar, chassis e carrocerias para veículos automóveis, partes e peças de aviões e helicópteros, motores e turbinas para aviação, tratores e ônibus.

A tabela 5 demonstra o saldo das operações de comércio exterior de veículos e autopeças, no período de 1991 a 2000.

TABELA 5 – EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS E AUTOPEÇAS -1991-2000

(Em US\$ Bilhões)										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 ²
Exportação										
Veículos	1,0	2,0	1,7	1,7	1,3	1,4	2,7	3,0	2,0	2,8
Autopeças	2,3	2,7	2,8	3,0	3,2	3,5	4,0	4,0	3,6	4,0
Total	3,3	4,7	4,5	4,7	4,5	4,9	6,7	7,1	5,6	6,8

FONTE: DIEESE, SECEX

NOTA: Extraído de SANTOS & GONÇALVES, 1998

4.1.2.2 Desempenho do Setor Químico

Outro complexo representativo das exportações brasileiras é a que envolve os produtos químicos, as exportações do segmento químico totalizaram, em 2001, US\$ 3.641 milhões⁵.

Entre os segmentos químicos pode ser destacado o de produtos farmacêuticos e de óleos essenciais e resinóides.

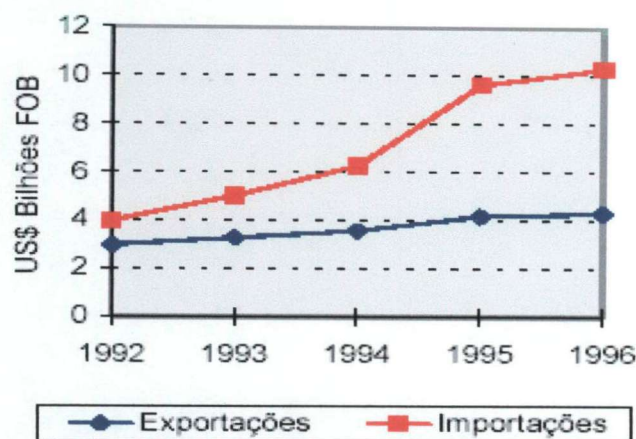
Produtos químicos orgânicos, item de maior participação neste grupo de produtos, destacam-se os plásticos e suas obras (US\$ 843 milhões em 2001) e extratos tanantes e tintoriais, além de produtos para fotografia (US\$ 198 milhões em 2001).(MDIC, 2004)

Apesar das exportações, o saldo da balança comercial do complexo químico ainda é desfavorável ao Brasil, devido a isto cabe a informação apresentada no

⁵ FONTE: BRASIL, Balança Comercial Brasileira 2001, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

gráfico sobre a quantidade importada. O gráfico 9 demonstra as importações e exportações deste complexo, o período de 1992 a 1996.

GRÁFICO 9 - BALANÇA COMERCIAL DO COMPLEXO QUÍMICO 1992-1996



FONTE: SECEX

NOTA: Retirado de MONTENEGRO; MONTEIRO, 2005.

4.1.2.3 Desempenho do Setor Eletroeletrônico

Em termos de Balança Comercial, o Brasil ainda é deficitário no que diz respeito ao grupo do complexo eletrônico, apresentando um déficit comercial crescente que chegou a quase 6,5 bilhões de dólares em 1997, por este motivo, cabe novamente a análise das importações do país neste segmento. (SECEX, 1998)

Podem ser responsabilizados por esse fato o crescimento contínuo da informatização, a intensificação dos investimentos em telecomunicações a partir de 1995 e a bolha de consumo no período de 1995 a 1997, tudo isso sem que tenha havido o respaldo de uma indústria local de componentes. (BNDES, 1998)

Em 1998, segundo dados do MDIC (2001), o déficit total da Balança caiu um pouco, ficando em 5,7 bilhões de dólares em 1998. Entretanto, isto foi causado por problemas ocasionais de demanda, não significando uma inversão de tendência.

A tabela 6 representa, no período de 1992 a 1998, o saldo da Balança Comercial do Setor Eletrônico.

TABELA 6 - BALANÇA COMERCIAL SETOR ELETROELETRÔNICO-1992-1998

Discriminação	em US\$ 10 ⁹						
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
IMPORTAÇÕES	1.772,1	2.521,7	3.518,4	5.395,6	6.487,8	7.617,7	6.856,3
Informática	581,8	779,4	983,8	1.278,5	1.436,1	1.493,4	1.525,5
Eletrônica de Consumo	231,2	407,5	621,6	1.027,1	1.039,2	1.054,4	620,2
Telecomunicações	392,1	567,6	854,5	1.360,1	1.958,5	2.740,2	2.584,5
Componentes	567,0	767,2	1.058,5	1.729,9	2.054,0	2.329,7	2.126,1
EXPORTAÇÕES	801,8	829,4	791,3	859,7	1.005,3	1.157,2	1.152,8
Informática	196,6	172,2	141,0	187,6	278,3	264,7	245,2
Eletrônica de Consumo	334,3	368,6	367,9	377,5	386,0	411,6	371,1
Telecomunicações	134,8	147,8	124,1	130,4	154,4	289,4	329,1
Componentes	136,1	140,8	158,3	164,2	186,6	191,5	207,4
DÉFICIT	(970,3)	(1.692,3)	(2.727,1)	(4.535,9)	(5.482,5)	(6.460,5)	(5.703,5)
Crescimento em Relação ao ano anterior	9	74	61	66	21	18	(12)
Crescimento em Relação a 1992	-	74	181	367	465	566	488

FONTE:BNDES, 2001

Em 2000, as exportações de materiais eletroeletrônicos apresentaram crescimento de 8,1%, o que representou uma receita adicional de US\$ 227 milhões, neste ano, a performance exportadora favorável do item aparelhos transmissores e receptores, geradores e transformadores (US\$ 458 milhões), aparelhos elétricos para telefonia (US\$141milhões) e aparelhos para interrupção de energia (US\$141milhões). (MDIC, 2001)

4.1.2.4 Desempenho do Setor de Calçados e Couros

O setor coureiro-calçadista é de extrema relevância na economia brasileira, não só pelo volume de exportações, mas também pela geração de empregos, aproximadamente 700 mil (GORINI; SIQUEIRA, 1999).

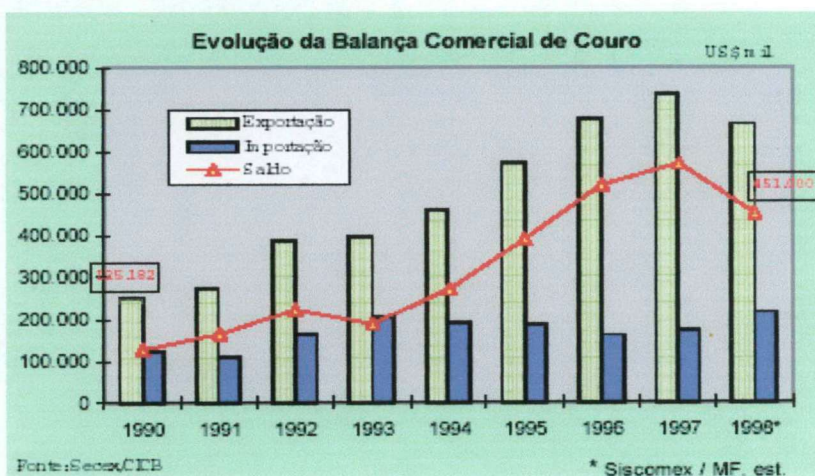
Na década de 70, o calçado brasileiro passou a ter expressiva importância na pauta de exportações nacionais. Esse desenvolvimento favoreceu também, os setores de máquinas, equipamentos, artefatos e componentes se implantaram basicamente no Rio Grande do Sul, contribuindo para o avanço tecnológico do setor coureiro-calçadista. Hoje, cerca de 85% das exportações nacionais de calçados são originárias do Rio Grande do Sul, índice que, em 1990, representava 80%. (GORINI; SIQUEIRA, 1999)

Dados do BNDES (2001), indicam que, aproximadamente 38% das exportações brasileiras de couro originam-se também no Rio Grande do Sul, que atualmente, está mais voltado para a oferta de matéria-prima aos produtores locais, que chegam a produzir de 150 a 180 milhões de pares de calçados ao ano (praticamente de 33% da produção nacional), o segundo estado com maior volume de exportação de couro é São Paulo (com 26% do total), enquanto o Centro-Oeste, apesar de possuir boa parte do gado brasileiro, cuja criação vem crescendo há alguns anos, ainda exporta muito pouco (apenas 4,4%), uma vez que ainda existem poucos curtumes na região e parte do abate do gado é feito em outros centros (Minas Gerais e São Paulo).

A Balança Comercial do couro é superavitária, embora as exportações, crescentes (conforme o Gráfico 10), estejam concentradas em produtos de baixo valor agregado e as importações sejam predominantemente de couro acabado, de maior valor agregado. (GORINI; SIQUEIRA, 1999)

Os preços atualmente praticados na exportação são os do mercado internacional, considerada a qualidade da matéria-prima brasileira, que alcança grau intermediário, devido à grande incidência de defeitos.

GRÁFICO 10 – BALANÇA COMERCIAL DO COURO - 1990 -1998



FONTE: SECEX

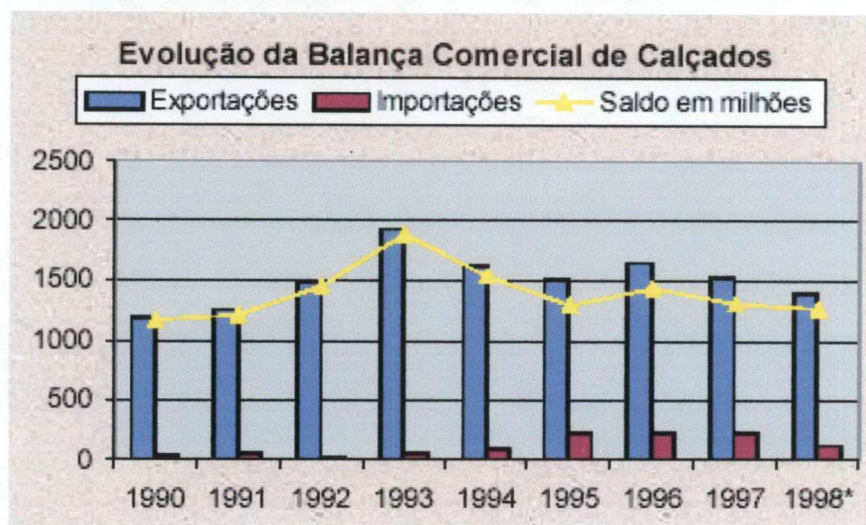
NOTA: Retirado de GORINI & SIQUEIRA, 1999.

Em termos de comércio internacional, o saldo da balança comercial de calçados tem sido positivo, mas desde 1994, com o aumento das importações e o declínio das exportações, tem-se mantido em torno de US\$ 1.300 milhões, bem

abaixo dos quase US\$ 1.900 milhões que já havia alcançado em 1993. (BNDES, 1998)

Apesar do resultado comercial favorável, a balança comercial do setor de calçados demonstra uma trajetória de redução de seu saldo, conforme pode ser observado no gráfico 11.

GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL DE CALÇADOS - 1990-1998



FONTE: SECEX, 1998

4.1.2.5 Desempenho do Setor de Papel e Celulose

O segmento fabricante de celulose tem se mostrado ao longo dos anos, um tradicional gerador de divisas para o país. Principalmente no caso das fibras, que destinam a maior parte da sua produção para o mercado externo. As importações, na sua maioria de fibra longa, são pouco expressivas, o que leva à geração de importantes superávits na balança comercial - US\$ 873 milhões, em 1998 (BNDES, 1998).

TABELA 7 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CELULOSE BRANQUEADA 1990-1998

	1990	1997	1998	Var (97/98) %
Quant. (mil t)	1.030	2.351	2.610	11,0
Valor (US\$milhões)	598	947	970	2,4
Preço médio (US\$/t)	581	403	372	-7,7

FONTE: BNDES, 1999

Conforme a tabela 7, no ano de 1998 as exportações de celulose branqueada de eucalipto atingiram 2.610 mil toneladas, que corresponderam a US\$970 milhões, significando um crescimento, no período 1990 a 1998, de 53% em volume e 62% em valor. O volume exportado, conforme o BNDES (1999), representa 8,1% do comércio mundial de celulose sulfato branqueada.

TABELA 8 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PAPEL – 1990 - 1998

	1990	1997	1998	Var (97/98) %
Quant. (mil t)	957	1.329	1.217	-8,4
Valor (US\$milhões)	614	966	924	-4,3
Preço médio (US\$/t)	642	727	759	4,5

FONTE: BNDES, 2001

Em 1998, as exportações de papel foram de 1.217 mil toneladas, no valor de US\$930 milhões, com crescimento de 27% em volume e de 51% em valor no período 1990 a 1998. Conforme dados do BNDES (2001), as vendas brasileiras para o mercado externo representam 1,3% do comércio mundial.

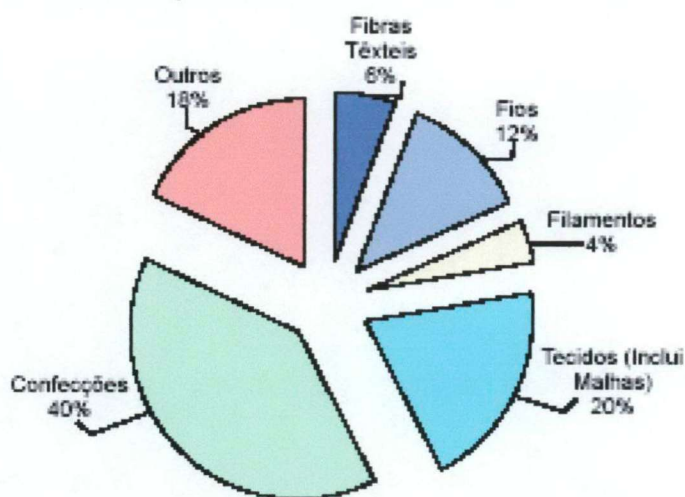
No período 1990 a 1998 as principais categorias de papel exportadas pelo Brasil foram papel de imprimir e escrever e papel de embalagem, que, em 1998, representaram 62% e 20%, respectivamente, do total das exportações. Nesse mesmo período, as vendas que mais cresceram foram as de papel de imprimir e escrever (55%), principalmente os revestidos (928%), e de sanitários (83%). As vendas de papel de embalagem, reduziram-se em 32%, reflexo do incremento de consumo do mercado interno e da reorientação na estratégia de algumas empresas, que passaram a fabricar produtos com maior valor agregado (BNDES, 2001).

4.1.2.6 Desempenho do Setor Têxtil

A cadeia têxtil-confecção nacional, que respondeu por 14% dos empregos gerados na indústria brasileira em 1999, vem apresentando elevados investimentos em modernização e expansão da capacidade produtiva durante toda a década. (GORINI, 2000).

Conforme dados do SECEX (1998), a cadeia têxtil nacional era superavitária até 1994, mas o brutal aumento das importações, a partir de 1993, e a estagnação das exportações levaram à completa reversão desse superávit: entre 1995 e 1997, o déficit comercial foi crescente, de US\$ 800 milhões em 1995 a US\$ 1,1 bilhão em 1997, diminuindo em 1999, quando a balança fechou em US\$ 400 milhões negativos, por conta da desvalorização cambial de janeiro de 1999 e da queda das importações.

GRÁFICO 12 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS TÊXTEIS - 1999



FONTE: SECEX

Já a composição da pauta de exportações praticamente não se alterou durante a década: constituíram-se principalmente de tecidos e confeccionados de algodão (parcela de 58% do total das exportações). Os principais produtos exportados são o denim para a confecção do jeans e os artigos de cama, mesa e banho, em especial os felpudos. Cabe observar, entretanto, que o segmento que mais cresce no comércio mundial de têxteis são os confeccionados produzidos com fibras químicas, ou mistos. (GORINI, 2000)

4.1.2.7 Desempenho do Setor de Suco de Laranja

O Brasil é o maior exportador mundial de suco de laranja, respondendo, sozinho, por 81% do total do comércio. Apesar da importância do setor, a sua maior dificuldade são as tarifas que diversos países impõem ao suco brasileiro. Os EUA taxam em US\$ 487 por tonelada, a CEE em 17,8%, e a Coréia em 50% *ad valorem*. Até 1987, o Japão não importava suco de laranja, entre 1987 e 1992 foram estabelecidas cotas de importação e, somente, a partir de 1992, a importação foi liberada com a tarifa de 30% (BNDES, 1998)

Apesar da redução do volume das exportações de suco de laranja em 1995, a receita com o suco obteve crescimento, alcançando US\$ 1,066 bilhão, 17% superior a 1994.(BNDES, 1998)

4.1.3 Desempenho do Setor de Produtos Metalúrgicos

O setor de produtos metalúrgicos pode ser considerado um setor híbrido, por possuir dentro de sua pauta bens semimanufaturados, que se caracterizam por serem bens com algum tipo de transformação industrial, porém não sendo utilizado no mercado como produto final, e também possuindo produtos básicos, por isto, sua evolução será apresentada de maneira isolada.

O grupo dos produtos metalúrgicos, durante o período estudado, sempre apresentou uma grande relevância no total das exportações brasileiras, porém, esteve suscetível às variações do mercado externo, produzindo, em alguns períodos, desaquecimento de suas exportações.

Dentre seus principais representantes, estão o alumínio, que chegou, sob a sua forma bruta, ao valor de US\$ 676 milhões no ano de 2001, representando uma queda de 28,6% (MDIC, 2003).

As exportações de aço também representam uma fatia considerável do total deste setor, a tabela 9 apresenta os valores, em mil toneladas, exportados pelo Brasil nos anos de 2001 e 2002.

TABELA 9 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇO 2001-2002

Produtos	Mil t		
	Jan/Jun 2002	Jan/Jun 2001	(%)
Semi-acabados	3.166	2.558	23,8
Planos	671	829	(19,1)
Longos	475	555	(14,4)
Transformados	230	217	5,8
Total	4.542	4.159	9,2
Valor (10⁶US\$ FOB)	1.019	1.081	(5,8)

FONTE: SECEX, 2001

4.2 ANÁLISE DA PAUTA EXPORTADORA NO PERÍODO PÓS-1990

Como pôde ser verificado no Gráfico 1, não houve grandes alterações na estrutura de exportação brasileira em termos de fator agregado no período após 1990, porém observam-se algumas mudanças setoriais.

QUADRO 1- PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA EXPORTADORA POR FATOR AGREGADO – 1990-2004

	1990	1998	2004
PRODUTOS BÁSICOS	Minérios de Ferro	Minérios de Ferro	Soja Mesmo Triturada
	Farelo de Soja	Café Cru, em grãos	Minérios De Ferro e seus Concentrados
	Café Cru, em grãos	Soja em grãos	Farelo e Resíduos da Extração de Óleo de Soja
	Soja, mesmo Triturada	Farelo de Soja	Óleos Brutos De Petróleo
	Fumo em folhas e desperdícios	Fumo em folhas e desperdícios	Carne de Frango Cong., Fresca ou Refrig. Incl. miúdos
	Carne Galo, frango, galinha cong.	Carne Galo, frango, galinha cong.	Carne de Bovino Congelada, Fresca ou Refrigerada
	Açúcar Demerara	Carne Bovina, cong., fresca ou refrig.	Café Cru em Grão
PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	Alumínio em bruto	Produtos Semimanufaturados, de Ferro ou Aços	Produtos Semimanufaturados, de Ferro ou Aços
	Prod. Ferro ou aço, não lig.	Celulose	Pastas Químicas de Madeira
	Celulose	Açúcar Bruto	Açúcar de Cana, em Bruto
	Ferro-Gusa	Pastas Químicas de Madeira	Couros e Peles, Depilados, Exceto em Bruto
	Ferro-Ligas	Alumínio em bruto	Ferro Fundido Bruto e Ferro "Spiegel" (Ex Ferro Gusa)
	Óleo de Soja, em bruto	Óleo de Soja, em bruto	Óleo De Soja em Bruto
	Couros bovinos, curtidos	Couros bovinos, curtidos	Alumínio em Bruto
PRODUTOS MANUFATURADOS	Automóveis de Passageiros	Automóveis de Passageiros	Automóveis de Passageiros
	Suco de Laranja, Conc., Congelado	Partes e Peças para Veículos Automoveis e Tratores	Aviões
	Calçados, Suas Partes E Componentes	Calçados partes e componentes	Produtos Laminados Planos de Ferro ou Aços
	Cadeiras, Máq., Apar., Instrumentos	Suco de Laranja, Conc., Congelado	Motores para Veículos Automóveis e suas Partes
	Motores de Pistão, suas partes e Peças	Motores para Veículos Automoveis e suas Partes	Partes e Peças para Veículos Automóveis e Tratores
	Produtos Químicos Orgânicos	Aviões	Calçados, Suas Partes E Componentes
	Laminados planos, ferro ou aço, não ligados	Veículos de Carga	Aparelhos Transmissores ou Receptores e Componentes

FONTE: MDIC, 2005

Com a análise do quadro acima, observa-se que, quanto aos produtos básicos, não houve muitas alterações na composição dos principais produtos da pauta exportadora, mas basicamente algumas trocas de colocação entre os produtos.

O que se pode destacar com a evolução da pauta deste setor, é a perda de importância do açúcar no decorrer do período e o crescimento da exportação dos óleos brutos de petróleo, que passa a ser o terceiro colocado nas exportações agregadas do setor básico.

O farelo de soja e o minério de ferro destacam-se durante o período, com grandes volumes exportados, além do café, tradicional produto voltado para a exportação brasileira, que teve, principalmente durante a década de 1990 um papel de destaque, perdendo um pouco sua participação em 2004.

O setor das carnes também foi de especial relevância na pauta brasileira, primeiramente com as exportações de frango e derivados, depois com a evolução nas exportações de carne bovina, que ocuparam, respectivamente, no ano de 2004, a quinta e a sexta colocação dentro da pauta dos produtos básicos.

O fumo em folhas também colaborou favoravelmente para o saldo da Balança Comercial Brasileira no período, sempre se colocando entre os principais produtos básicos exportados.

Observa-se que o setor dos produtos básicos durante o período apóia-se na exportação da soja (farelo, grãos), minérios de ferro, café, fumo em folhas e no setor de carnes (frango e bovina).

No grupo dos produtos semimanufaturados, as exportações de alumínio, que representavam a maior fatia deste fator, mostram uma trajetória de redução de sua participação, passando de primeiro lugar, em 1990, ao sétimo em 2004, porém ainda representa um fator de grande relevância na pauta brasileira.

As exportações produtos de aço e ferro mostram sua grande relevância dentro da pauta brasileira, apresentando uma trajetória ascendente, sendo em 1998 e 2004 a serem os maiores representantes do grupo dos produtos semimanufaturados, com 2,4% das exportações totais no ano de 1998 e 2,19% do total das exportações em 2004 (MDIC, 2005).

Outros produtos de grande representação são os couros e o óleo de soja, que durante todo o período foram importantes fontes de saldos favoráveis para a exportação brasileira.

A celulose também se configura como um dos principais destaques da exportação brasileira, chegando ao seu auge, em 1998 como o segundo principal produto semimanufaturado exportado, representando, 2,03% das exportações totais neste ano. (MDIC, 2005)

As pastas químicas de madeira também ganham representatividade em 1998 e em 2004, mostrando trajetória de crescimento durante o período.

As maiores transformações setoriais ocorreram dentro dos produtos manufaturados, com o crescimento do grupo dos materiais de transportes, ou seja, crescimento da exportação de aviões e de automóveis e também de suas peças.

As exportações de automóveis de passageiros ocupam o primeiro lugar nas exportações brasileiras, chegando em 2004, a representar 3,47 % do total das exportações brasileiras (FOB), alcançando um valor total de US\$ 3.351.479.097,00 no ano de 2004. (MDIC, 2005)

A exportação de aviões também mostra trajetória de crescimento, representando em 2004 o valor exportado de US\$ 3.268.847.971,00, 3,39% das exportações totais, sendo que em 1998 representava 2,10% deste total (MDIC, 2005).

Outra grande fonte de divisas para o país é a exportação do suco de laranja, que durante todo o período figurou como sendo um dos principais produtos manufaturados exportados.

Os produtos laminados de ferro ou aço também têm grande destaque na pauta exportação brasileira, alcançando, no ano de 2004, 2,04% do total exportado.

A exportação de calçados, partes e componentes também já se tornou tradicional geradora de divisas para o Brasil, representado, respectivamente, em 1990, 1998 e 2004, 3,77%, 2,69% e 1,97% do total das exportações do país.

No que tange pauta de exportações como um todo, os principais produtos da exportados são os apresentados no Quadro 2.

QUADRO 2 - PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS 1990-2004

1990		1998		2004	
Produto	% Total	Produto	% Total	Produto	% Total
Minérios De Ferro e seus Concentrados	6,48	Minérios De Ferro e seus Concentrados	7,66	Soja Mesmo Triturada	5,59
Soja Mesmo Triturada	4,89	Farelo e Resíduos da Extração de Óleo de Soja	5,13	Minérios De Ferro E Seus Concentrados	4,93
Café Cru, em grãos	4,43	Suco de Laranja, Conc., Congelado	4,67	Automóveis De Passageiros	3,47
Farelo e Resíduos da Extração de Óleo de Soja	3,51	Calçados, Suas Partes E Componentes	3,77	Farelo E Resíduos Da Extração De Óleo De Soja	3,39
Automóveis de Passageiros	3,29	Café Cru, em grãos	3,52	Aviões	3,39

FONTE: SECEX, 2005

Observa-se que os a maior parte dos principais produtos da nossa pauta são bens básicos, a soja (farelo ou mesmo triturada) e o minério de ferro, além do café.

Em referência a Teoria de Heckscher-Ohlin, em que o país se especializa de acordo com a intensidade dos fatores abundantes, o Brasil pode levar vantagens em se especializar na produção de gêneros agrícolas, já que, historicamente vivemos em uma sociedade em que grande parte dos trabalhadores não é suficientemente qualificada para atuar em setores produtivos mais complexos, aliado a grande abundancia de terras cultiváveis.

Isto representa que o Brasil pode ser considerado um país que se especializou na área agrícola, devido às suas vantagens comparativas em relação a estes bens, já que é um país abundante em terras cultiváveis e de mão-de-obra relativamente barata se comparada a de países desenvolvidos, favorecido também pelo grande avanço tecnológico incorporado, que proporcionou um aumento de produtividade neste setor.

Na teoria cepalina, o fato de sermos um país especialista em produção de bens primários, pode ser um fator limitador de crescimento de nossa economia, já que, estes produtos têm condições de demanda desfavoráveis a longo prazo, já que esta não é proporcional ao crescimento da renda, sendo que possuem possibilidades menores de melhorias tecnológicas em sua produção, se comparado aos industrializados.

Ainda dentro deste pensamento, observa-se que internamente à pauta exportadora brasileira não há uma presença relevante de produtos com alto valor agregado e de grande desenvolvimento tecnológico, como é o caso da microeletrônica, percebe-se com esta análise que o Brasil ainda permanece sendo um país essencialmente exportador de produtos de baixo valor agregado, mesmo tendo como principal grupo de produtos os manufaturados, observa-se que entre eles figuram basicamente produtos com menor tecnologia envolvida.

Também são produtos de grande relevância o suco de laranja e a crescente exportação de automóveis de passageiros e de aviões, o que pode ser um fator para auxiliar a reversão deste status.

O desenvolvimento destes setores no Brasil pode ser explicado através do Modelo de Concorrência Imperfeita, principalmente no caso da exportação de aviões, pois há a presença de economias de escala na indústria aeronáutica.

4.3 PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Nesta seção serão apresentados os principais mercados de destino das exportações brasileiras.

Primeiramente serão analisados os mercados dos países com tradição como importadores de produtos brasileiros e após serão apresentados dados sobre os novos mercados que vêm sendo conquistados.

4.3.1 Principais Mercados dos Produtos Brasileiros

As exportações brasileiras ampliaram, ao longo do período, sua participação no mercado latino-americano e nos países em desenvolvimento em geral, em contrapartida a esta expansão, é notada uma relativa estagnação das exportações brasileiras nos mercados compostos pelos países desenvolvidos, ou industrializados, no período até 1998.

Dentre os principais fatores responsáveis mudança na orientação do destino das exportações são os diversos processos de integração regional provocados por alterações na estrutura tarifária, como no caso do NAFTA, e a evolução comercial intrabloco.(KANNEBLEY, 2000).

A tabela 10 demonstra a variação dos principais mercados destino das exportações brasileiras, em milhões de dólares entre 1990 e 1998.

TABELA 10 - PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS 1990-1998

Mercados Destino das Exportações Brasileiras			
	1990	1993	1998
PAÍSES INDUSTRIALIZ.	21.383	21.578	26.687
- Estados Unidos	7.734	8.026	9.741
- Japão	2.349	2.313	2.202
- Europa	10.547	10.556	14.744
PAÍSES EM DESENV.			
ÁFRICA	765	871	1.651
ÁSIA	2.921	3.853	3.411
- China	382	779	905
- Coreia do Sul	543	538	467
EUROPA	927	835	1.163
ORIENTE MÉDIO	1.307	1.457	1.611
AMÉRICA LATINA E CARIBE			
- Argentina	3.636	9.773	13.324
OUTROS PAÍSES	645	3.661	6.747
TOTAL	476	415	3.273
	31.415	38.782	51.120

FONTE: MDIC, 2001

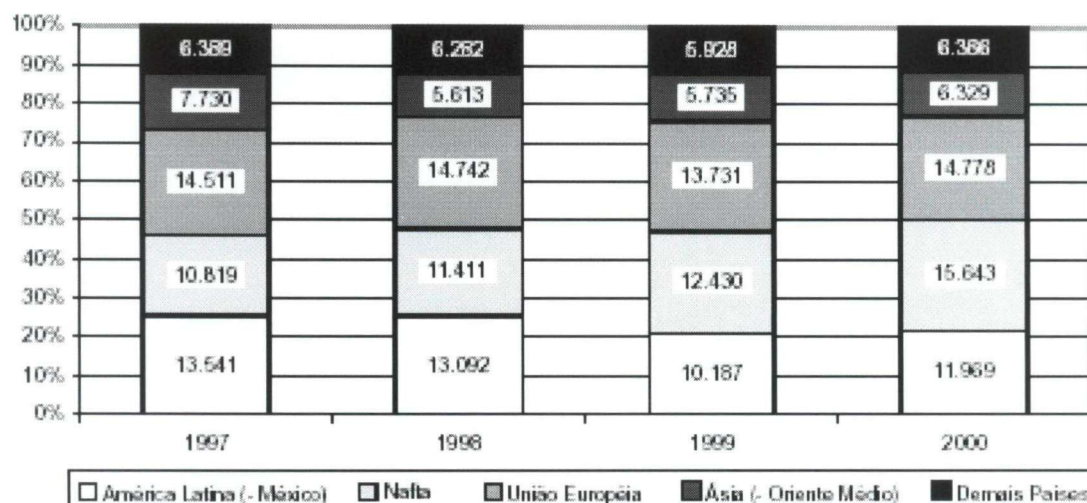
A tabela nos mostra que há um predomínio maior da exportação para países industrializados, basicamente suportado pelos Estados Unidos e os países da Europa.

Conforme dados do MDIC (2001), o NAFTA passou, em 2000, à condição de principal mercado consumidor brasileiro, ocupando uma posição que pertencia aos países da União Européia. A participação da região nas exportações brasileiras tem crescido continuamente nos últimos anos, tendo respondido por 28% das vendas em 2000, contra 20% em 1997. Já a importância da União Européia, bem como a dos demais países (Oriente Médio, África, Oceania, e países europeus não integrantes da União Européia), tem se mantido praticamente constante no período. A América Latina (menos México), que respondia em 1997 e 1998 por 26% das exportações brasileiras, teve sua participação reduzida em 1999 em decorrência da perda de dinamismo da economia argentina. Em 2000, a região respondeu por 22% das vendas. Um movimento semelhante ocorreu no comércio com os países da Ásia (menos Oriente Médio), tendo a participação da região caído de 15% em 1997 para 11% em 2000.

Em 2004, segundo o SISCOMEX (2005), os principais compradores dos produtos brasileiros foram os Estados Unidos (US\$ 20,3 bilhões, aumento de 20,4% em relação ao ano anterior), a Argentina (US\$ 7,4 bilhões, aumento de 61,7% em relação ao ano anterior), Países Baixos (US\$ 5,9 bilhões, crescimento de 39,3% relativamente a 2003), China (US\$ 5,4 bilhões, crescimento de 20,0% em relação à 2003) e Alemanha (US\$ 4,0 bilhões, aumento de 28,7% em relação ao ano anterior).

O gráfico 13 ilustra as exportações brasileiras por blocos econômicos no período de 1997 a 2000.

GRÁFICO 13 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCOS ECONÔMICOS 1997-2000



FONTE: SISCOMEX E IBGE

Os países do NAFTA são os principais compradores de produtos industrializados, enquanto a União Europeia foi o mercado mais importante para os produtos da agropecuária. Já a América Latina (menos México) teve um peso reduzido nas exportações brasileiras de produtos agropecuários e elevado nas de industrializados. (MDIC, 2004)

Com exceção para o caso dos países da América Latina (menos o México), o Brasil é um exportador líquido de produtos agropecuários, porém, para aquela região o Brasil teve um déficit neste setor.

No campo industrial o Brasil obteve superávits no ano 2000 com a América Latina (exceto México), (US\$ 2,2 bilhões) e com o Nafta (US\$ 540 milhões) e déficits com os países da União Européia (US\$ 1,8 bilhão), da Ásia (menos Oriente Médio) (US\$ 3,0 bilhões) e demais países (US\$ 1,4 bilhão). (MDIC, 2005)

Em termos do comércio de produtos industrializados, para os países da América Latina (menos México), os principais produtos que o Brasil exportou foram dos setores de veículos automotores, química e máquinas e equipamentos. Para o NAFTA, o país vendeu, sobretudo, produtos metalúrgicos, aviões, veículos automotores, de couro e calçados. (SECEX, 2005)

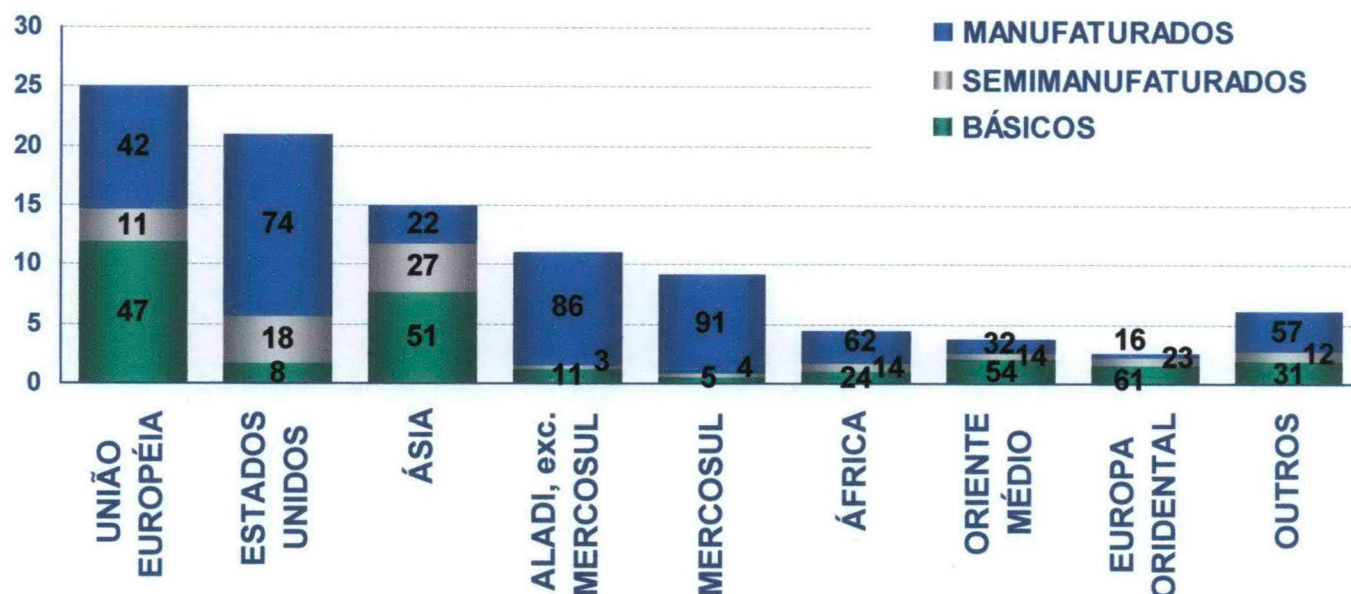
Para a União Européia, conforme a SECEX, 2005, despontam as vendas do setor de alimentos e bebidas, seguidas principalmente pelas exportações dos setores de metalurgia, extração de minerais metálicos, veículos automotores e aviação. No caso da Ásia (menos Oriente Médio), sobressaem as exportações dos setores de metalurgia, extração de minerais metálicos e alimentos e bebidas.

Sob o ponto de vista dos mercados dos cinco setores que mais exportaram, verifica-se que os produtos do setor de alimentos e bebidas foram destinados principalmente para a União Européia (39%) e para os demais países (26%). As vendas de produtos metalúrgicos foram mais direcionadas para o NAFTA (38%), União Européia (23%) e Ásia (menos Oriente Médio) (18%). (MDIC, 2005)

No caso dos veículos automotores, destacam-se a América Latina (menos México) (39%) e Nafta (37%). Nas exportações do setor de aviação, ferroviário, embarcações e motos, destacaram-se o NAFTA (56%) e a União Européia (24%). Finalmente, os produtos químicos tiveram como principal mercado os países da América Latina (menos México) (45%). (MDIC, 2005)

O gráfico 14 registra a participação percentual das exportações brasileiras por bloco econômico no ano de 2004.

GRÁFICO 14 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS MERCADOS DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES EM 2004



FONTE: MDIC, 2005

Observando os dados mais recentes quanto a distribuição dos mercados de destino das exportações brasileiras, nota-se que a participação da União Européia é o bloco que mais importa os produtos brasileiros, com 25% do total, seguido pelos Estados Unidos, porém este importa do Brasil um maior número de produtos manufaturados, que têm maior valor agregado, seguem-se então, a Ásia, ALADI, o MERCOSUL, a África, o Oriente Médio e a Europa Oriental.

No último ano, os países que mais importaram produtos brasileiros são os Estados Unidos (US\$ 20.341), Argentina (US\$ 7.373), Países Baixos (US\$ 5.917), China (US\$ 5.440), Alemanha (US\$ 4.036), México (US\$ 3.948), Itália (US\$ 2.904), Japão (US\$ 2.768), Chile (US\$ 2.546) e França (US\$ 2.190). (MDIC, 2005)

4.3.2 Inserção de Novos Mercados

Um dos principais destaques da exportação brasileira foi o aumento de sua participação nos novos mercados consumidores, ou os mercados não-tradicionais, fato que se intensificou a partir do ano 2000, os dados da tabela 11 representam as exportações para estes países no ano de 2004. Ressalta-se, no entanto, que apesar do grande crescimento das exportações com estes destinos, os valores ainda são pouco significativos individualmente.

TABELA 11 - EXPORTAÇÃO PARA MERCADOS NÃO-TRADICIONAIS - 2004

País	2004 US\$ milhões FOB	Var. % 2004/2003
Libéria	28	1.137,0
Sudão	49	614,8
Chipre	57	482,6
Malta	48	270,6
Polônia	285	270,5
Estônia	33	188,6
Etiópia	23	178,4
Síria	161	142,3
Venezuela	1.465	141,8
Trinidad e Tobago	538	141,2
Bangladesh	202	138,6
Coréia do Norte	170	131,0
Argélia	349	126,7
Líbia	116	121,4
Sérvia e Montenegro	27	118,3
Moçambique	23	116,7
Paquistão	98	114,4
Filipinas	243	107,1
Lituânia	24	104,7
Mauritania	40	103,4
Tunísia	113	100,0

FONTE: MDIC, 2005

5 POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA APÓS 1990

A década de 90 foi marcada por significativas mudanças na política de comércio exterior brasileira. O período foi caracterizado por um processo de abertura comercial abrangente, iniciado no governo Collor e que se estendeu até o governo Fernando Henrique.

Esta seção abordará a política comercial brasileira sob três pontos: linhas de financiamento à exportação, política tributária e abertura para o investimento estrangeiro direto.

5.1 POLÍTICA TRIBUTÁRIA DE ESTÍMULO A EXPORTAÇÃO

A década de 1990 foi marcada por um amplo processo de liberalização comercial, no qual se concedeu maior transparência à estrutura de proteção advinda da política de substituição de importações.

O período após o Plano Real foi caracterizado por medidas de desoneração dos custos que afetam tanto as exportações brasileiras como a produção doméstica competitiva com as importações.

Em 1996 foi aprovada a Lei Complementar nº 87 (Lei Kandir), que desonerou as exportação de produtos primários ou semi-elaborados.

A década de 90 marca, no Brasil, uma inflexão na concepção das políticas industriais e de comércio exterior, sendo voltada para o aumento da competitividade e das exportações ganham relevância frente às políticas e medidas setoriais, que praticamente haviam monopolizado os esforços governamentais nessas áreas de política pública até os anos 80. (BONELLI; VEIGA, 2003).

O período determinou uma reorientação dos incentivos e subsídios orçamentários, que migram dos incentivos tradicionais destinados a indústrias específicas para incentivos gerais, calcados na desoneração de tributos indiretos, contribuições sobre o comércio exterior e mecanismos públicos de financiamento ao investimento e às exportações.

Entre os setores mais beneficiados com incentivos fiscais estão indústria automobilística que beneficiou-se basicamente de incentivos estaduais, e o setor da

informática e tecnologia de informações, que beneficiou-se com os incentivos da Zona Franca de Manaus, com isenção total de IPI

5.2 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

Desde 1995 o Brasil consagrou-se como grande receptor de investimentos estrangeiros diretos, passando da quinta colocação e ocupando a segunda entre os países emergentes, com fluxos estimados, conforme dados do BACEN (2005), de US\$ 97 bilhões por ano, perdendo apenas para a China.

A partir de 1996, verificou-se uma crescente predominância deste tipo de investimento sobre as categorias de inversões estrangeiras no Brasil (derivativos, em carteira entre outros), observando-se também tendência para fusões e aquisições, característica presente também nos países desenvolvidos (BACEN, 2005).

A atribuição deste desempenho pode ser dada a estabilização econômica do país, causada pelo Plano Real, juntamente com as reformas estruturais, principalmente as desestatizações, que abriram a possibilidade de participação de firmas estrangeiras em setores que anteriormente estavam sob o monopólio estatal como energia e telecomunicações.

Outro fato também relevante foi a criação do MERCOSUL, que estimulou a entrada de novas empresas bem como aumentou a capacidade produtiva das empresas já estabelecidas no país (BACEN, 2005).

Destacam-se ainda as transformações no arcabouço jurídico, com a criação de leis que eliminaram o monopólio das telecomunicações e a Lei 9.491 que suprimiu os limites de participação do investimento estrangeiro em empresas privatizadas. Estas mudanças contribuíram para a atração de vultoso volume de capital estrangeiro, principalmente para a participação do processo de privatização brasileiro (BACEN, 2005).

Conforme dados do BACEN, 2005, o total de investimento estrangeiro direto direcionado às privatizações totalizou US\$29,6 bilhões, entre 1996 e 2000, o que equivale a menos de um terço do total do investimento estrangeiro direto líquido, que foram de US\$112,6 bilhões no mesmo período.

O valor excluído deste fluxo, além de ser expressivo, foi crescente entre os anos de 1996 e 2000, com a sustentação dos ingressos de capitais mesmo após o programa de desestatizações, principalmente na indústria automobilística e setores com ganhos de escala, o que pode caracterizar o Brasil no mercado internacional como pólo de atração de investimentos (BACEN, 2005).

5.3 LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA EXPORTAÇÃO

Além das conjunturas doméstica e internacional, a balança comercial brasileira foi influenciada por mudanças na política de promoção às exportações, pela entrada de firmas estrangeiras e pelas próprias estratégias das firmas que atuam no comércio exterior. No primeiro caso, foram ampliados substancialmente o escopo e o volume de financiamentos concedidos pelo BNDES através do programa BNDES e fortalecido o seguro de crédito com a criação da SBCE (Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação) (PICCINI; PUGA, 2001).

O Brasil tradicionalmente utilizou-se dos recursos do BNDES para financiamento, que sempre representou uma força de apoio à produção e à exportação nacional.

Entre 1995 e 2000, das 100 maiores empresas exportadoras brasileiras, o BNDES apoiou 72, tendo sido investido um valor de US\$ 14,7 bilhões no período, sendo que tais firmas foram responsáveis por 42,8% das exportações brasileiras em 2000 e por 81% das vendas ao exterior realizadas por estas empresas (BNDES, 2005).

Os setores mais apoiados, conforme dados do BNDES, 2005, foram aviação, com valores contratados de US\$ 4,1 bilhões e uma empresa apoiada (EMBRAER); metalurgia com US\$ 3,5 bilhões e 15 empresas; veículos automotores com US\$ 2,5 bilhões e três empresas; e alimentos e bebidas com US\$ 1,2 bilhão e 14 empresas. Esses setores respondem por 77% dos valores contratados e por 43 (cerca de 60%) das 72 empresas apoiadas pelo BNDES.

Conforme dados do BNDES (2005), o setor de aviação beneficiou-se extensivamente do BNDES-exim (US\$ 4 bilhões). Os setores de metalurgia e de veículos automotores foram mais apoiados pelo Finem (US\$ 2,2 bilhões e US\$ 1,9 bilhão, respectivamente), sendo, no primeiro caso, financiado significativamente

também pela Finame (US\$ 497 milhões) e pelo BNDES-exim (US\$ 489 milhões) e, no segundo, pelo BNDES-exim (US\$ 593 milhões). O setor de alimentos e bebidas teve seus financiamentos concentrados no BNDES-exim (US\$ 501 milhões) e Finem (US\$ 477 milhões).

Em termos de produtos beneficiados por recursos do BNDES, os setores que mais se utilizaram foram aviação, veículos automotores, alimentos e bebidas, metalurgia, veículos automotores, papel e celulose, extração de petróleo.

Podemos afirmar, com a análise do capítulo, que as exportações brasileiras tiveram apoio direto através das linhas de financiamento do BNDES, e que no que tange à política tributária o Brasil deixou de ter uma atitude protecionista, que vinha desde a década de 1950 com o processo de substituição de importações e passou a promover uma ampla abertura comercial, com a redução da carga tributária sobre as importações e a abertura maior ao investimento direto, provocado principalmente pelo processo de desestatização promovido na década de 1990. Estas atitudes tiveram um efeito dúbio, ao mesmo tempo aumentando o nível das importações, também possibilitou ao Brasil ampliar suas exportações bem como seus mercados.

A política comercial brasileira mostra uma tendência ao direcionamento para os produtos manufaturados, principalmente através das linhas de financiamento ofertadas pelo BNDES, os produtos básicos foram beneficiados com a implementação da Lei Kandir, que reduziu a carga tributária sobre as exportações de produtos primários ou semi-elaborados.

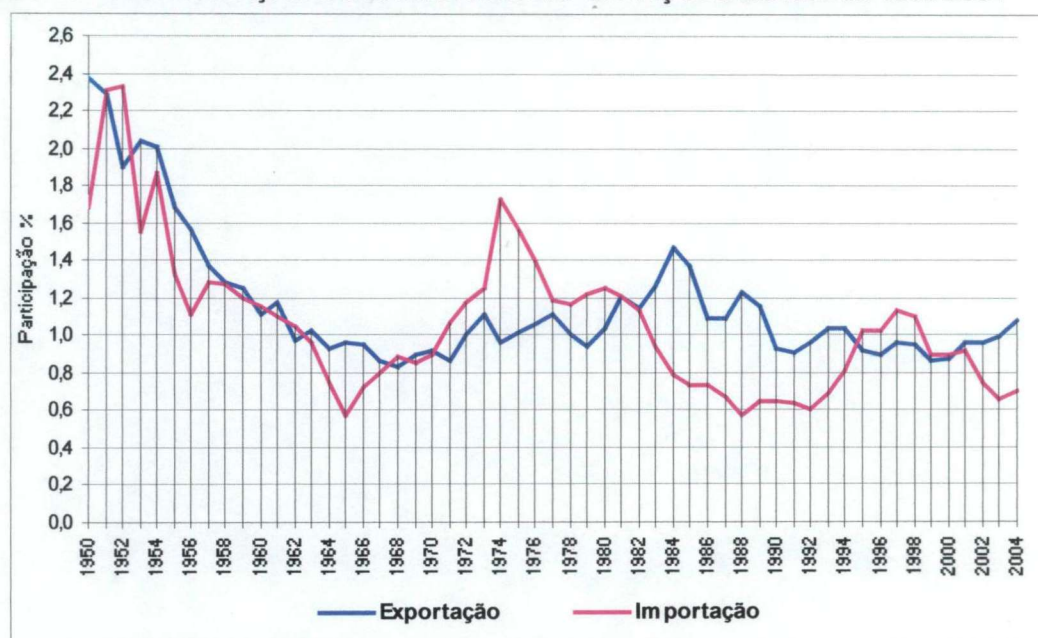
À exceção do caso da aviação, a política comercial brasileira não direcionou esforços para a criação de novos setores produtivos, com maior tecnologia envolvida, e assim possibilitando o comércio de produtos com maior fator agregado, fazendo com que houvesse apenas um incremento nos setores já existentes, e não um desenvolvimento de um novo setor.

6 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PÓS-1990

A participação brasileira no total das exportações mundiais durante a década de 1990 flutuou entre 0,8% e 1%, apresentando a partir de 1999 uma tendência de crescimento, que alcançou no ano de 2004 o total de 1,08% das exportações mundiais.

Conforme se pode observar no gráfico 15, a participação do Brasil nas exportações teve forte queda nas décadas de 1950 e 1960, quando em 1970 as exportações apresentaram aumentos, alcançando um pico no ano de 1984, quando obtivemos 1,47% do total exportado.

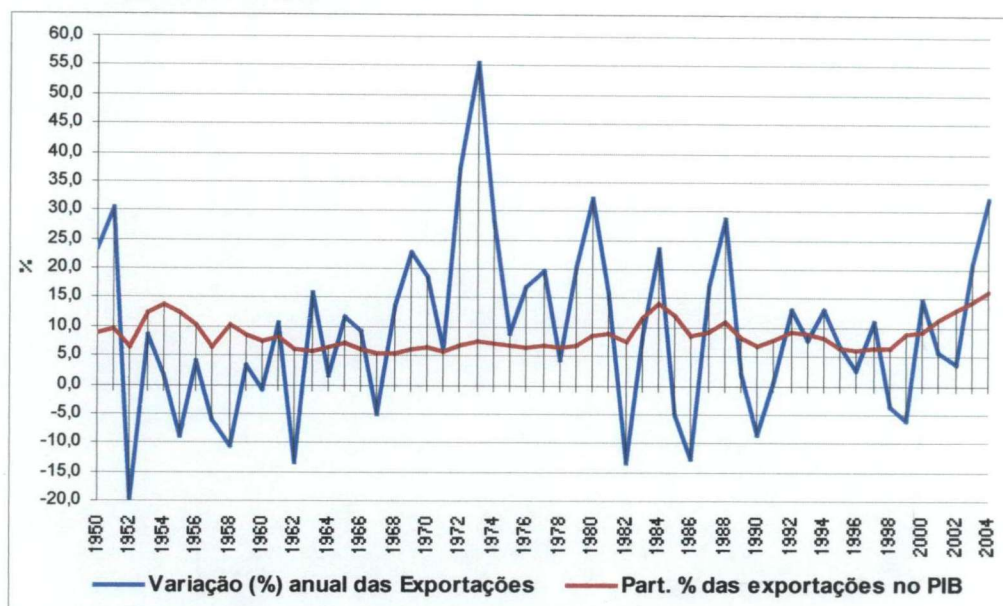
GRÁFICO 15 – PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS 1950-2004



FONTE: SECEX, 2005

A participação das exportações brasileiras no PIB nacional mostra certa estabilidade durante todo o período, mesmo em anos de picos exportadores. Esta participação mantém-se relativamente constante, conforme pode ser observado no gráfico 16. Destaca-se a tendência de crescimento a partir do ano de 2000.

GRÁFICO 16 – VARIAÇÃO ANUAL DAS EXPORTAÇÕES E PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NO PIB 1950-2004



FONTE: SECEX, 2005

Conforme apresentado na seção 4.4, o Brasil, atualmente, possui mercados cativos para as suas exportações, também chamados de mercados tradicionais, sendo que o seu principal é os Estados Unidos, seguido pela Argentina, Países Baixos (Holanda), China, Alemanha, México, Itália, Japão, Chile, França, Reino Unido, Espanha, Bélgica-Luxemburgo, Rússia, Venezuela, Coréia do Sul, Canadá, Irã, Colômbia, África do Sul, Portugal, Paraguai e Taiwan. Estes países são os principais importadores das mercadorias brasileiras, responsáveis por quase 80% das exportações nacionais nos últimos anos.

O Quadro 3 demonstra os principais produtos exportados de acordo com os países de origem, foram selecionados os cinco maiores importadores de produtos brasileiros no último ano (2004).

QUADRO 3 – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS POR PAÍSES - 2004

ESTADOS UNIDOS		ARGENTINA		HOLANDA		CHINA		ALEMANHA	
PRODUTOS	% TOT.	PRODUTOS	% TOT.	PRODUTOS	% TOT.	PRODUTOS	% TOT.	PRODUTOS	% TOT.
Aviões	2,47	Automóveis De Passageiros	0,98	Soja Mesmo Triturada	0,99	Soja Mesmo Triturada	1,68	Minérios De Ferro E Seus Concentrados	0,58
Calçados, Suas Partes E Componentes	1,06	Veículos De Carga	0,43	Farelo E Resíduos Da Extração De Óleo De Soja	0,94	Minérios De Ferro E Seus Concentrados	1,16	Soja Mesmo Triturada	0,52
Ferro Fundido Bruto E Ferro "Spiegel" (Ex Ferro Gusa)	0,88	Aparelhos Transmissores Ou Receptores E Componentes	0,39	Pastas Químicas De Madeira	0,26	Óleo De Soja Em Bruto	0,44	Café Cru Em Grão	0,38
Produtos Semimanufaturados, De Ferro Ou Aços	0,74	Partes E Peças Para Veículos Automóveis E Tratores	0,31	Carne De Bovino Congelada, Fresca Ou Refrigerada	0,22	Pastas químicas De Madeira	0,28	Farelo E Resíduos Da Extração De óleo De Soja	0,25
Partes E Peças Para veículos automóveis E Tratores	0,68	Polímeros De Etileno, Propileno E Estireno	0,26	Suco De Laranja Congelado	0,19	Produtos Laminados Planos De Ferro Ou aços	0,22	Motores Para veículos automóveis E Suas Partes	0,23
Óleos Combustíveis (óleo Diesel, "Fuel-Oil", Etc)	0,66	Tratores	0,25	Carne De Frango Congelada, Fresca Ou Refrig incl miúdos	0,17	Óleos Brutos De Petróleo	0,22	Fumo Em Folhas E Desperdícios	0,15
Motores Para veículos automóveis E Suas Partes	0,63	Motores Para veículos automóveis E Suas Partes	0,2	Suco De Laranja Não Congelado	0,17	Couros E Peles, Depilados, Exceto Em Bruto	0,2	Carne De Frango Congelada, Fresca Ou Refere incl miúdos	0,13
Aparelhos Transmissores Ou Receptores E Componentes	0,52	Máquinas E Aparelhos P/Usos Agrícola (Exceto Trator)	0,19	Ligas De Alumínio, Em Bruto	0,13	Produtos Semimanufaturados, De Ferro Ou aços	0,15	Partes E Peças Para veículos automóveis E Tratores	0,11
Produtos Laminados Planos De Ferro Ou aços	0,42	Minérios De Ferro E Seus Concentrados	0,19	Alumínio Em Bruto	0,1	Madeira Serrada Ou Fendida Longitude Espessura > 6mm	0,13	Bombas, Compressores, Ventiladores, Etc e Suas Partes	0,1
Bombas, Compressores, Ventiladores, Etc e Suas Partes	0,41	Produtos Laminados Planos De Ferro Ou aços	0,14	Ferro-Ligas	0,1	Fumo Em Folhas E Desperdícios	0,11	Aparelhos Elétricos Para Telefonia Ou Telegrafia	0,09
Demais Produtos	12,31	Demais Produtos	4,29	Demais Produtos	2,85	Demais Produtos	1,05	Demais Produtos	1,63
TOTAL	20,78	TOTAL	7,63	TOTAL	6,12	TOTAL	5,64	TOTAL	4,17

FONTE: MDIC, 2005.

Percebe-se que há uma forte dependência das exportações dos Estados Unidos, pois somente as compras deste país representam aproximadamente 20% do total, valor de grande relevância se comparado aos demais países importadores de produtos brasileiros. Os produtos exportados a este país são em grande parte manufaturados ou semimanufaturados, produtos estes de maior valor agregado, resultando em maiores lucros e saldos mais favoráveis para a Balança Comercial Brasileira.

A Argentina, nosso segundo maior importador, têm como base de produtos o setor de transportes, automóveis, veículos de carga, tratores, além de motores. Também é um de nossos grandes importadores de minério de ferro, produto mais importante de nossa pauta, este resultado é alcançado em grande parte devido a existência do MERCOSUL, que têm aumentado o intercâmbio comercial entre os países participantes.

A Holanda é basicamente importadora de produtos básicos, como a soja, também importa grandes quantidades de carnes e de suco de laranja, por ser um país de dimensões menores, possuímos vantagens quanto à produção destes bens.

A China é um grande mercado importador de produtos básicos, com taxas de crescimento altas, o país, demonstra grande potencial de consumo, e tem nos últimos anos aumentado sua parcela de compras do Brasil, tendo importado quase um milhão de dólares a mais em 2004 em relação a 2003. A pauta exportada à China é composta em sua maior parte por produtos básicos, já que, por ser uma economia com crescimento acelerado, está tornando-se deficitária nestes bens, sendo uma região de destaque na produção de bens industriais.

A Alemanha também mostra esta tendência a importação de bens básicos, a exceção de motores de automóveis, o país pode se caracterizar da mesma forma em que a Holanda.

Nos últimos anos observamos uma melhora nas exportações para os países tradicionais ou não, sendo que, para estes últimos, há um crescimento grande, que já foi apresentado na seção 3.2.4, porém ainda não alcançaram grande participação no volume total exportado.

Outra questão importante é a melhora qualitativa na composição das vendas externas brasileiras, com o aumento das exportações dos estados com pequena representação na pauta, o que significa uma maior diversificação e

descentralização de regiões produtoras exportadoras. Em 2004, segundo dados do MDIC, das vinte e sete Unidades da Federação treze registraram taxas de expansão superior a das exportações brasileiras, sendo a maioria localizada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a saber: Tocantins (152,2%), Amapá (139,3%), Distrito Federal (95,2%), Rio Grande do Norte (85,2%), Maranhão (66,4%), Acre (43,6%), Pará (42,1%), Mato Grosso (41,9%), Roraima (37,6%) e Rondônia (36,4%).

Conforme os dados do MDIC (2005), estes estados estão favorecendo a inclusão e diversificação de produtos à pauta exportadora brasileira, como por exemplo:

- Acre: madeira compensada, castanha do Pará, cascalhos e pedra britada, tijolos de cerâmica e partes e acessórios de tornos para metais;
- Amapá: de minério de cromo, outro minérios de manganês, calçados de couro natural, doces e pastas de frutas, tomates em conservas, tomates frescos e pimentões e pimentas;
- Distrito Federal: máquinas e ferramentas para forjar metais, carnes desossadas de bovinos, artefatos de joalheria, injetores para motores a diesel, máquinas de sondagem rotativas e pneumáticos;
- Maranhão: assentos com armação de madeira, soja para semeadura, barras de ferro, papéis e cartões Kraft, madeira de cedro serrada, armações e cabos de madeira;
- Mato Grosso: lecitinas, máquinas para terraplanagem, sementes de algodão, torres e pórticos de ferro fundido, farelos de leguminosas, água mineral;
- Pará: sulfetos de minérios de cobre, fios de ligas de alumínio, peixes secos, máquinas para fiação têxtil e calçados de couro com sola de borracha,
- Rio Grande do Norte: chapas de plástico, tecidos de algodão, atuns congelados, roupas de mesa de fibra sintética, aparelhos para elevação/transporte de mercadorias e granito talhado;

- Rondônia: minérios de tungstênio, dormentes de madeira para vias férreas, cascalhos e pedras britadas, tecidos de filamentos sintéticos, artefatos têxteis, granitos talhados e fornos e fogões de cozinha;
- Roraima: ardósia natural, construções pré-fabricadas de madeira, papel impermeável, painéis de madeira para assoalho e móveis de madeira para cozinha;
- Tocantins: sucos de abacaxi, algodão não cardado, água mineral gaseificada e granito talhado.

Apesar do crescimento importante da participação destes estados nas exportações brasileiras ainda é pequena.

7 CONCLUSÃO

A presente monografia procurou mostrar as principais transformações ocorridas na pauta exportadora no período após 1990, analisando os principais setores responsáveis por estas mudanças.

Primeiramente foram abordadas as principais correntes teóricas de comércio internacional (Ricardiana, Heckcher-Ohlin, Cepal e Modelo da Concorrência Imperfeita), buscando embasamento teórico para a discussão de vantagens comparativas e de existência de ganhos de escala nos produtos exportados brasileiros.

A seção seguinte discutiu a evolução dos principais setores exportadores brasileiros, metalurgia, complexo da soja, mineração, materiais de transporte e componentes, químico, eletroeletrônico, calçados e couro, papel e celulose, café, têxtil, açúcar, proteína animal, fumo e suco de laranja, verificando a importância de cada setor para o desempenho exportador brasileiro.

Observou-se que no tocante a fatores agregados não houve alterações significantes no período após 1990, porém ocorreram algumas mudanças setoriais.

No setor básico, a pauta brasileira pouco se modificou no período, houve alterações nas exportações de açúcar, que perdeu um pouco de sua participação, e o crescimento da exportação de óleos brutos de petróleo. Destaca-se no setor, durante todo o período a soja (farelo), o café, o setor de carnes e o minério de ferro, segundo principal produto da pauta exportadora brasileira atual (2004).

No grupo dos produtos semimanufaturados, destaca-se a exportação de alumínio, e a crescente participação de produtos de aço e ferro. Também mostram forte representação no setor a celulose, os couros, e o óleo de soja.

As principais transformações ocorreram entre os produtos manufaturados, com especial destaque a exportação de aviões e automóveis de passageiros, atuais segundo e primeiro lugares dentro da pauta de produtos manufaturados. Também são destaques do setor a exportação de suco de laranja, calçados e componentes e laminados de ferro e aço.

Avaliando a pauta de exportação de maneira geral, observa-se que o país não alterou fortemente os seus principais produtos exportados, tendo como base de

exportação durante todo o período a soja (mesmo triturada e farelo), minério de ferro, café e automóveis.

Cabe destaque novamente aí a participação crescente da exportação de aviões, que representa atualmente, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (2005), 3,39% do total exportado pelo país.

Com análise da pauta chega-se a conclusão de que o Brasil ainda é um país com fortes vantagens comparativas em bens básicos, porém demonstra crescimento de sua produtividade em outros setores.

Quanto aos mercados de destino das exportações brasileiras, ainda demonstra-se forte dependência das exportações aos Estados Unidos, e aos mercados tradicionais, porém há um grande crescimento da exportação aos países ditos não-tradicionais, que sinaliza uma melhora na diversificação dos países importadores de nossos produtos, mas estes números ainda não são suficientemente significativos para representarem alguma transformação.

Na questão da política comercial brasileira, a década de 1990 foi marcada por mudanças significativas, caracterizando o período com um processo de abertura abrangente, com a instituição de algumas políticas de promoção às exportações, referenciando o papel do BNDES para a promoção das exportações. Porém não observa-se políticas focadas no desenvolvimento de novos setores, apenas há o incremento dos investimentos na capacidade dos já existentes, como o exemplo da indústria automobilística.

Observa-se que a participação das exportações brasileiras sobre o total global manteve-se praticamente constante durante o período sob análise, mostrando relativa tendência de crescimento a partir de 1998, o mesmo acontecendo com a participação das exportações nacionais no PIB.

Ao fim também se deve destaque à diversificação de produtos e participação de estados não tradicionais na pauta exportadora brasileira.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. **ABIOVE**. Disponível em <<http://www.abiove.com.br>>

AVERBUG, André. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90**, 2001. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 12 mai. 2005.

BRAGA, Márcio B. **Integração Econômica Regional na América Latina: Uma Interpretação das Contribuições da CEPAL**, 2004, Disponível em: <<http://www.usp.br>> Acesso em: 10 jun. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **MDIC**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>> Acesso em: 30 jul. 2005.

CEPÊDA, Vera A. **O pensamento político de Celso Furtado: Desenvolvimento e democracia**, 2003. Disponível em: <<http://www.lasignia.org.br>> Acesso em: 20 jul. 2005.

COUTINHO, Luciano. **O Desafio da Construção de uma Inserção Externa Dinamizadora**, 2004. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em 10 abr. 2005.

GORINI, Ana Paula F. **Panorama do Setor Têxtil no Brasil e no Mundo: Reestruturação e Perspectivas**, 2000. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 16 ago. 2005.

GORINI, Ana Paula F.; SIQUEIRA, Sandra Helena G. **Complexo Coureiro-Calçadista Nacional: Uma Avaliação do Programa de Apoio do BNDES**, 2000. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 16 ago. 2005.

GUIMARÃES, Edson P. **Uma Avaliação Retrospectiva da Política de Exportação no Brasil**, 1996. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br>>. Acesso em 15 abr. 2005.

HOLLAND, Marcio; XAVIER, Clésio L. **Dinâmica e competitividade setorial das exportações brasileiras: uma análise de painel para o período recente**, 2003. Disponível em <<http://www.anpec.org.br>>. Acesso em 16 ago. 2005.

KANNEBLEY, Sergio J. **Desempenho Exportador Brasileiro Recente e Taxa de Câmbio real: Uma Análise Setorial**, 2000. Disponível em <<http://www.fgv.br>>. Acesso em 15 ago. 2005.

KENEN, Peter B. **Economia Internacional Teoria e Política**, 10 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 21-114

KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional Teoria e Política**, 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1999. p.14-92.

MONTENEGRO, Ricardo Sá P.; MONTEIRO, Dulce C. **Complexo Químico**, 2005. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 30 ago. 2005.

MOREIRA, M. M., Correa, P. G. **Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo**, 2000. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 15 jun. 2005.

ORMOND, José Geraldo P.; PAULA, Sérgio Roberto L.; FAVERET, Paulo F. **Café: (Re)Conquista dos Mercados**, 2000. Disponível em <<http://www.bndes.br>>. Acesso em 25 ago. 2005.

PAULA, Sergio Roberto L.; FAVERET, Paulo F. **Panorama do Complexo Soja**. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 23 ago. 2005.

PAULA, Sergio Roberto L.; FAVERET, Paulo F. **Exportações de Carne Bovina: Desempenho e Perspectivas**, 1998. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 23 ago. 2005.

PAULA, Sergio Roberto L.; FAVERET, Paulo F. **Exportações de Carne de Frango**, 2001. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 29 ago. 2005.

PICCINI, Maurício S.; PUGA, Fernando P. A **Balança Comercial Brasileira: Desempenho no período 1997/2000**, 2000. Disponível em <<http://www.bndes.br>>. Acesso em 23 ago. 2005.

SANTOS, Ângela M. M; GONÇALVES, João Renildo J. **Evolução do Comércio Exterior do Complexo Automotivo**, 1998. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 29 ago. 2005.

SILVA, César Roberto Leite; CARVALHO, Maria Auxiliadora & SILVA, Valquiria. **Liberalização Comercial e Competitividade da Agricultura Brasileira**, 2003. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br>>. Acesso em 15 abril 2005.

SOUZA, Nali J. **Exportações e Crescimento Econômico do RS, 1951/2001**, 2003. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em 15 abr. 2005.

VERSIANI, Flavio Rabelo. **O Economista como Historiador**, 2001, disponível em <<http://www.unb.br>>. Acesso em 20 abril 2005.